



CAMPUS SÃO CRISTÓVÃO
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGROECOLOGIA
MARCIO ERIC FIGUEIRA DOS SANTOS

**O LÚDICO NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO E NO
DIAGNÓSTICO EM COMUNIDADES RURAIS SERGIPANAS**

SÃO CRISTÓVÃO - SE
2018

MARCIO ERIC FIGUEIRA DOS SANTOS

**O LÚDICO NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO E NO
DIAGNÓSTICO EM COMUNIDADES RURAIS SERGIPANAS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto Federal de Sergipe como pré-requisito para a obtenção do grau de (Tecnólogo) em Agroecologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Irineia Rosa Nascimento.

Co-orientador: Prof. Msc. Vinícius Rodrigues Alves de Souza.

SÃO CRISTÓVÃO - SE
2018

IFS - Biblioteca do Campus São Cristóvão

- S237o Santos, Marcio Eric Figueira dos
O lúdico na construção do conhecimento agroecológico e diagnóstico em comunidades rurais sergipanas.-/ Márcio Eric Figueira dos Santos.– São Cristóvão, 2018.
69 f.; il.
Monografia (Graduação) Tecnologia em Agroecologia. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS, 2018.
Orientadora: Professora. Irinéia Rosa do Nascimento.
- 1.Extensão rural agroecológica. 2. Diálogo de saberes. 3. Construção do conhecimento. 4.Agricultura familiar. 5. Sustentabilidade. I. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe IFS. II. Título.

CDU: 631(813.7)

MARCIO ERIC FIGUEIRA DOS SANTOS

**O LÚDICO NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO E
DIAGNÓSTICO EM COMUNIDADES RURAIS SERGIPANAS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Instituto Federal de Sergipe como pré-requisito para
a obtenção do grau de (Tecnólogo) em
Agroecologia.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Irineia Rosa do Nascimento (Orientadora)
Instituto Federal de Sergipe – Campus São Cristóvão

Prof. Dra. Eliane Dalmora (Examinadora)
Instituto Federal de Alagoas – Campus São Cristóvão

Dra. Teresa Cristina de Oliveira (Examinadora)
Embrapa Tabuleiros Costeiros

Dedicatória

Dedico este trabalho, primeiramente, a Deus, Anjos de Luz e Entidades por iluminarem minha jornada neste plano. À Paulo Freire, pelo legado de educação autônoma, crítica e libertadora. À minha família, amigos, professores e aos governos do PT, que, através de suas políticas públicas voltadas a Agroecologia e Educação, proporcionaram a mim e tantos outros alçarmos voos onde nenhum outro governo permitiu.

AGRADECIMENTOS

"Devemos compreender que nossa real imagem não é construída pelo o que sai de nossa boca, pelos sorrisos, indignações e lutas ditas. Mas, sim, pelas pegadas que deixamos por onde passamos. Nossos atos, ações, omissões e gratidão". Sempre recorri a esta minha frase como um mantra, para, não apenas guiar meus passos, mas, sim, para lembrar-me que tudo o conquistamos ou que queremos conquistar é fruto do quanto nos comprometemos com aquilo que acreditamos e nos propomos a fazer e o quanto devemos ter de memória e sermos gratos a todos aqueles que direta ou indiretamente ajudaram a construir quem nós somos, mas, principalmente, nossos sonhos, e, então, realizá-los, tijolo por tijolo.

Com certeza, não poderia deixar de, primeiramente, agradecer a Deus, Anjos de Luz e Entidades, que em momentos de descrença em mim mesmo, em momentos de erros, despertaram em mim a força necessária, resiliente e brincante neste ciclo constante de crescer para sobreviver e adolecer para viver, sem desapegar-me completamente de minha fé e alegria de ver no semblante do próximo a felicidade de minha prestativa e, por vezes, cômica e chata, presença, a medida que cobrava, pelo exemplo, o mesmo esforço por mim dado.

Agradeço aos meus pais, João Orlando e Ana Maria, e à minha saudosa avó, Arinete Figueira, por ajudarem na formação de meu caráter, por errarem, acertarem, por tentarem, e direta ou indiretamente, com muita paciência, fazer daquela criança, por mais que inocente, uma transgressora de normalidades através da paixão e fascínio pelo estranhamento e em tudo que sempre remeteu a estética da arte, da escrita e da música. Cada verso que escrevi até hoje, cada canto, dedico a vocês.

Agradeço, e talvez esta seja a parte mais significativa, à minha companheira e esposa, Andreia Tatiane, com todas as outras siglas de seu nome que prefiro não colocar para não tomar o espaço dos agradecimentos (rsrsrs), mas que simbolizam o tamanho de sua importância no que sou. Você, sempre foi o pilar para minha aproximação com minha própria família e para meu crescimento acadêmico e profissional, tendo me dado sua presença, exemplo de luta e dois maravilhosos filhos como meus maiores prêmios.

Agradeço a minha orientadora, Irineia, por seu exemplo e por, desde meu ingresso no curso e no NEA, ter acolhido e respeitado, com sutileza e carinho, minhas pegadas no campus, dedicando-se na luta pelo fortalecimento do curso e dando o devido suporte para o que hoje sou e nesta conquista que é a minha formação acadêmica. MUITO OBRIGADO!

Na lembrança de muitas madrugadas de prosas, debates, danças e comemorações nas famosas ladeiras da Lapinha do Sertão Alagoano ou no terraço de minha antiga casa, sobre meu amigo, ex professor e co-orientador Vinícius Souza, o Vina do Torto, e estendo esta homenagem e agradecimento à outras oito figuras importantes que são meus ex professores Adriana Nunes, Fabrício Avelino, Manoel Moreira, Marcela Filgueiras, Pedro Silva, Tileco Sá e Alcimara Andrade e Gabriel Veras, parceiro do curso técnico no IFAL - Campus Piranhas-AL, faço das palavras de Vinícius de Moraes a certeza de que vocês deixaram em toda minha trajetória de lutas e construção de minha identidade política, agroecológica e lúdica a verdade e alicerce pro que levarei pra sempre em minha vida e profissão, na esperança de sempre nos reencontrarmos e vivermos intensamente, nem se for no imaginário de nossos sonhos, a poética de termos nos (re)conhecido enquanto amigos e experimentadores de saberes: *“Cuidado companheiros! A vida é pra valer. E não se enganem não, tem uma só. [...] A vida é a arte do encontro, embora haja tanto desencontro pela vida”*.

Agradeço as duas outras componentes de minha banca examinadora do TCC, as professoras Eliane Dalmora e Teresa Cristina, por também contribuírem na minha formação e serem exemplo de trabalho na constante luta pela agroecologia.

Em especial para minha maior parceira, minha maninha Joseja Paula, à mamãe kauane e minhas amigas, Talita, Dayane, Adriele e Mirele, que ficaram sempre ao meu lado, nos bons e maus momentos. Também agradeço aos voluntários e amigos que contribuíram de alguma forma em meu TCC: Pedriane, Dandara, Taiane, Andrea, Martinha, Jonata Bahia, Tomásia e Juliano.

Agradeço à Irismagna Santos e Valquíria Carmo, estendendo aos demais de minha turma, pelo carinho e por todos os momentos que passamos juntos, e me desculpando pelas minhas eventuais ausências, pedindo licença novamente à Vinícius de Moraes ao dizer que mesmo com toda retribuição de carinho, por vezes, aparentemente, *“fiz do amigo próximo o distante. Fiz da vida uma aventura errante... Mas saiba, sempre a nossa presença foi qualquer coisa como a luz e a vida... Amigo: um ser que a vida não explica. Que (não) se vai ao ver outro nascer. E o espelho de nossas almas multiplicam”*.

Agradeço aos membros das comunidades do P.A. Moacir Wanderley, P.A. Rosa Luxemburgo e Comunidade Quilombola Santa Cruz, em especial para Dona Letícia, Dona Mariazinha, Thayná, Dona Frankeline, Claudiane Bispo, Vovó Conceição e Sarinha, por acolherem a mim e ao projeto, contribuindo na minha formação pessoal e profissional.

E, por último, agradeço aos demais professores do IFS – Campus São Cristóvão que contribuíram na minha formação acadêmica, pras minhas parceiras Vitória Oliveira e Glaucinalva Silva, pros meus companheiros do Pronera / Agroecologia pelo acolhimento e mãos dadas nas diversas lutas e pra cada membro do CAAP – Centro Acadêmico de Agroecologia Ana Primavesi, dentre eles, e que não foram citados ainda, meus parceiros Mateus Ferreira, Rafael Ezequiel, Carlos André, Raphaella, Elizethe e Wesley, por acreditarem e estarem ao meu lado costurando toda a história da agroecologia e do movimento estudantil dentro e fora do campus.

Para todos vocês, professores, familiares, amigos, colegas, irmãos ou companheiros de luta, agradeço, reportando a Oscar Wilde, em Loucos e Santos, as minhas derradeiras palavras:

“Escolho meus amigos não pela pele ou outro arquétipo qualquer, mas pela pupila. Tem que ter brilho questionador e tonalidade inquietante. A mim não interessam os bons de espírito nem os maus de hábitos. Fico com aqueles que fazem de mim louco e santo. Deles não quero resposta, quero meu avesso. Que me tragam dúvidas e angústias e aguentem o que há de pior em mim. Para isso, só sendo louco. Quero os santos, para que não duvidem das diferenças e peçam perdão pelas injustiças. Escolho meus amigos pela alma lavada e pela cara exposta. Não quero só o ombro e o colo, quero também sua maior alegria. Amigo que não ri junto, não sabe sofrer junto. Meus amigos são todos assim: metade bobeira, metade seriedade. Não quero risos previsíveis, nem choros piedosos. Quero amigos sérios, daqueles que fazem da realidade sua fonte de aprendizagem, mas lutam para que a fantasia não desapareça. Não quero amigos adultos nem chatos. Quero-os metade infância e outra metade velhice! Crianças, para que não esqueçam o valor do vento no rosto; e velhos, para que nunca tenham pressa. Tenho amigos para saber quem eu sou. Pois os vendo loucos e santos, bobos e sérios, crianças e velhos, nunca me esquecerei de que “normalidade” é uma ilusão imbecil e estéril”.

“ O Lúdico é eminentemente educativo no sentido em que constitui a força impulsora de nossa curiosidade a respeito do mundo e da vida, o princípio de toda descoberta e toda criação “ (Santo Agostinho)

RESUMO

A extensão rural agroecológica é fruto da compreensão de que a extensão não deve se dissociar do processo educativo, horizontalizado e dialógico-participativo. O presente trabalho teve por objetivo estudar as competências do lúdico (através do teatro, da música e poesia) e das ferramentas participativas de diagnóstico rural no processo de construção do conhecimento agroecológico em duas comunidades sergipanas: P.A. Moacir Wanderley, no município de Nossa Senhora do Socorro, e P.A. Rosa Luxemburgo II, no de São Cristóvão. O trabalho ocorreu em momentos distintos. No primeiro foram aplicadas ferramentas de Diagnóstico Rural Participativo (DRP) junto aos agricultores, sendo, também, obtidos dados bibliográficos através de consultas em literaturas especializadas. O segundo constou da coleta dos dados obtidos após sistematização realizada pelos agricultores após apresentação da peça teatral *“Entre o céu e o inferno na terra do agronegócio”*, quando os participantes contextualizaram os temas abordados com a realidade local, por meio do *“Mapa Conceitual”* e de *“Desenhos/Ilustrações”*. O estudo em tela demonstrou que nestas comunidades o lúdico possibilitou o reconhecimento dos atores envolvidos como sujeitos da construção do conhecimento agroecológico e protagonistas na realização do diagnóstico socioeconômico, ambiental, produtivo e o resgate histórico de vida e habilidades dos agricultores familiares de forma fiel, retratando as realidades locais. Compreende-se que o lúdico facilita a construção do conhecimento por ser um meio fértil, empativador e empoderador para transpor habituais barreiras existentes na comunicação, auxiliando no processo de ensino-aprendizagem, diagnóstico local e no diálogo de saberes.

Palavras chaves: extensão rural agroecológica, diálogo de saberes, construção do conhecimento, agricultura familiar, sustentabilidade.

ABSTRACT

The rural agroecological extension is the fruit of the understanding that the extension must not be dissociated from the educational process, horizontalized and dialogic-participatory. The objective of this work was to study the skills of play (through theater, music and poetry) and participatory tools for the rural diagnosis in the process of construction of agroecological knowledge in two Sergipe communities: PA Moacir Wanderley, in the municipality of Nossa Senhora do Socorro, and PA Rosa Luxemburg II, in São Cristóvão. The work took place at different times. In the first one, tools of Participatory Rural Diagnosis (PRD) were applied to the farmers, and bibliographical data were obtained through consultations in specialized literature. The second was the collection of data obtained after the systematization carried out by the farmers after the presentation of the play "Between heaven and hell in the land of agribusiness", when the participants contextualized the topics addressed with the local reality, through the "Conceptual Map" and "Drawings / Illustrations". The on-screen study demonstrated that in these communities the playfulness allowed the recognition of the actors involved as subjects of the construction of agroecological knowledge and protagonists in the accomplishment of socioeconomic, environmental, productive diagnosis and the historical recovery of life and skills of family farmers in a faithful way, portraying the local realities. It is understood that the playful facilitates the construction of knowledge as a fertile, empathetic and empathetic means to overcome habitual barriers in communication, assisting in the teaching-learning process, local diagnosis and in the dialogue of knowledge.

Keywords: agroecological rural extension, dialogue of knowledge, knowledge construction, family agriculture, sustainability.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1.	Localização do município de Nossa Senhora do Socorro	17
Figura 2.	Localização do P.A. Moacir Wanderley.	18
Figura 3.	Localização do município de São Cristóvão	19
Figura 4.	Localização do P.A. Rosa Luxemburgo II	20
Figura 5.	Apresentação da peça/teatro <i>“Entre o céu e o inferno na terra do agronegócio”</i>	25
Figura 6.	Desenvolvimento do “Mapa Conceitual” na comunidade	26
Figura 7.	Sistematização do teatro por meio de desenhos e escrita	27
Figura 8.	Sistematização do teatro por meio do “Mapa Conceitual” e dos “Desenhos/Escrita”	28
Figura 9.	Identificação de um dos galinheiros na Caminhada Transversal	31
Figura 10.	Oficina de compostagem, ministrada pelo NEA e AGROBIO	34
Figura 11.	Aplicação da ferramenta <i>“O que esta mão já fez? E o que esta mão é capaz de fazer?”</i>	35
Figura 12.	Identificação das habilidades e história de vida na Metodologia <i>“O que esta mão já fez? E o que esta mão ainda pode fazer?”</i>	36
Figura 13.	Aplicação da ferramenta <i>“O que esta mão já fez? E o que esta mão é capaz de fazer?”</i> (Dona Mariazinha)	39
Figura 14.	Ficha de avaliação das metodologias (Anexos)	50
Figura 15.	Explicando o projeto. Comunidade do P.A. Moacir Wanderley (Anexos)	53
Figura 16.	Após oficina na Comunidade do P.A. Moacir Wanderley (Anexos)	53
Figura 17.	Explicando a atividade desenvolvida. Comunidade do P.A. Rosa Luxemburgo II (Anexos)	54
Figura 18.	Final das atividades na comunidade do P.A. Rosa Luxemburgo II (Anexos)	54

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Avaliação das ferramentas participativas empregadas no P.A. Rosa Luxemburgo II	29
Tabela 2.	Diagrama da Caminhada Transversal no P.A. Moacir Wanderley	31

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

P.A – Projeto de Assentamento

NEA – Núcleo de Estudos Agroecológicos do IFS

DRP – Diagnóstico Rural/Rápido Participativo

SUMÁRIO

RESUMO
ABSTRACT

1.	INTRODUÇÃO	1
2.	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	3
2.1.	Díálogo de Saberes, Educação e Extensão Rural	3
2.2.	O lúdico na construção do conhecimento agroecológico	12
3.	MATERIAL E MÉTODOS	16
3.1.	Caracterização das áreas de estudo	16
3.2.	Procedimentos metodológicos	20
3.2.1.	A efetividade de ferramentas lúdicas e experiências	20
3.2.2.	Ferramentas participativas para diagnóstico local	23
4.	RESULTADOS E DISCUSSÃO	24
4.1.	Teatro, “ <i>Mapa Conceitual</i> ” e “ <i>Desenho/Ilustrações</i> ”	24
4.2.	DRP: “ <i>Caminhada Transversal</i> ” e “ <i>O que esta mão já fez? E o que esta mão é capaz de fazer?</i> ”	30
5.	CONCLUSÃO	40
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41
7.	ANEXOS	50
7.1.	Ficha de avaliação de metodologias	50
7.2.	Poesia “ <i>O que é agroecologia?!</i> ”	51
7.3.	Imagens adicionais	53

1. INTRODUÇÃO

“Comunicar é comunicar-se em torno do significado significativo” (FREIRE, 1983, p. 45). Ao colocar o ato de se comunicar como algo valorativo, simbólico e além da transferência ou transmissão de conteúdos, Paulo Freire, dada a importância da compreensão e partilha dos códigos e possibilidade de reconstrução do próprio pensamento entre/dos interlocutores de forma horizontalizada, identitária, provocativa e empática, afirmou que este é um processo de construção educativa, dialógico-participativo, ao mesmo tempo que para haver tal aceitação a educação é pertencimento, é a comunicação do encontro de sujeitos, e não de meros atores, assim, negociando continuamente suas respectivas proposições carregadas de poder: *“E que é o diálogo? É uma relação horizontal de A com B. Nasce de uma matriz crítica e gera criticidade (Jaspers). Nutre-se do amor, da humildade, da esperança, da fé, da confiança. Por isso, só com o diálogo se ligam assim, com amor, com esperança, com fé um no outro, se fazem críticos na busca de algo. Instala-se, então, uma relação de simpatia entre ambos. Só aí há comunicação”* (FREIRE, 1983, p. 46).

Dentro desta perspectiva apresentada de comunicação nasce a extensão rural agroecológica, que de forma construtivista e crítica coloca o diálogo entre extensionista e agricultor familiar / camponês valorizando os saberes tradicionais / empíricos e, tendo por base estratégias de desenvolvimento rural sustentável (CAPORAL, COSTABEBER, 2000, p. 02), diferentemente do que se fomentava como única alternativa viável noutras fases da extensão rural, como a do Difusionismo Produtivista (LUZZI, 2007), em que ocorreu a Revolução Verde, segundo Moreira (2000, p. 06), momento no Brasil entre os anos 60 e 70 que baseou-se na transferência de conhecimento e na difusão de pacotes tecnológicos, tendo por prioridade o subsídio de créditos agrícolas para estimular a monocultura, a mecanização e insumos agrícolas (herbicidas e fertilizantes químicos), sendo, logo, tecnicistas, cartesianas e produtivistas, e consolidando o modelo hegemônico que a agricultura convencional defende até os dias atuais.

Este modelo hegemônico, simplificando ambientes, de acordo com Altieri (2012, p.24), pode afetar a biodiversidade de várias maneiras, como, por exemplo, a perda de habitats naturais a partir da expansão de áreas agrícolas, a redução de valor de habitat para vida silvestre a partir da conversão de vastas áreas em pastagens agrícolas homogêneas, perda de espécies silvestres benéficas e de agrobiodiversidade como consequência direta do uso de

agroquímicos e outras práticas, e a erosão dos recursos genéticos valiosos por meio do uso crescente de cultivares uniformes de alto rendimento.

Nota-se, então, que quando a extensão rural assume princípios da agroecologia para construção de alternativas que dialoguem e compreendam toda dimensão da agricultura familiar e camponesa, cria-se uma maior perspectiva de diagnóstico mais próximo com a realidade, assim como a maior possibilidade de efetivação do desenvolvimento local e quebra de paradigma do sistema hegemônico, haja vista que, segundo Fontes, Rabanal, Filho (2013, p.03), o modo de produção camponês representa a resistência a este modelo produtivo da revolução verde e dessa forma resgatam, reinventam e transformam suas práticas de controle dos sistemas agrários locais.

Alinhando-se com a proposta de horizontalidade e valorização dos saberes tradicionais, têm-se o Diagnóstico Rápido ou Rural Participativo – DRP, segundo Verdejo (2010, p.12-13), como um *“conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento, auxiliando na obtenção direta de informação primária ou de campo na comunidade”*.

O DRP surge neste novo modelo de planejamento das ações de intervenção, ligando a pesquisa à ação. Traz ferramentas que facilitem as exposições dos participantes e, contribuam para a organização dos agricultores familiares / campesinos, valorizando os saberes e em busca da autogestão. As ferramentas têm propósito de levantar dados sobre a comunidade, que anteriormente eram obtidos somente através de questionários.

Este processo de participação e autogerenciamento se dá pelo caráter lúdico destas técnicas e ferramentas, que, segundo o Dicionário inFormal, é uma forma de desenvolver a criatividade, os conhecimentos, através de jogos, música, dança, etc, atuando como ferramenta de diálogo entre interlocutores, podendo, assim, facilitar a comunicação e servir, também, como meio de construção de conhecimento através da arte.

Tendo como objeto de estudo o lúdico no processo de construção de conhecimento agroecológico e no diagnóstico das comunidades rurais atendidas pelo projeto do NEA – Núcleo de Estudos Agroecológicos do IFS intitulado como *“Criação Agroecológica de galinha de capoeira: fortalecimento da agricultura familiar e empoderamento de mulheres e jovens em comunidades rurais de Sergipe”*, este trabalho tem por objetivo avaliar o nível de participação / aceitação e compreensão das estratégias e ferramentas aplicadas junto a

membros do P.A. Moacir Wanderley, localizado no município de Nossa Senhora do Socorro (SE), e do P.A. Rosa Luxemburgo, município de São Cristóvão (SE).

A hipótese é que o lúdico pode atuar como um facilitador entre extensionistas e agricultores familiares / camponeses, auxiliando na valorização do diálogo de saberes, na construção do conhecimento, resgate histórico e reconhecimento das habilidades e no diagnóstico socioambiental das comunidades.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1. Diálogo de Saberes, Educação e Extensão Rural

As contribuições de novos modelos filosóficos na Educação e Extensão Rural ao longo da história, contrapondo-se ao modelo hegemônico verticalizado e bancário de transmissão de conhecimento, e tido como proeminente e moderno, se valeram da necessidade de reconhecimento de diferentes tipos de saberes. Segundo Toledo, Bassols (2009, p.16), essa apreciação ideológica, que faz da modernidade um universo autocontido, auto-justificado e autodependente, se volta contra sua própria existência, suprimindo sua capacidade de reconhecer o passado; isto é, deixando-a desprovida de consciência de espécies que é ao mesmo tempo uma longa consciência histórica respiração baseada em um traço que transborda o fenômeno humano e atinge todas as dimensões da realidade do planeta: a diversidade.

Ainda sobre a importância dos saberes tradicionais, Toledo, Bassols (2009, p.71) esclarece que as sociedades tradicionais abrigam um repertório de conhecimento ecológico que geralmente é local, coletivo, diacrônico e holístico. Logo, como assim concebem Deleuze e Guatarri, segundo Khouri (2017, p.02), a construção do conhecimento deve ser compreendida de forma aberta, não centralizada, originando-se de qualquer ponto:

“Não existe um pressuposto último que sustenta todo o conhecimento, e que se ramifica infinitamente em direção à verdade. A estrutura do conhecimento assume forma fascicular, em que não há ramificações, e sim pontos que se originam de qualquer parte, e se dirigem para quaisquer pontos. (...) Surge o conceito de rizoma (raiz), um caso de sistema aberto, em oposição à forma segmentada de se conceber a realidade, bem como ao modo positivista de se construir conhecimento” (DELEUZE e GUATARRI, 1995 apud. KHOURI, 2017, p.02).

Para tal, mesmo ainda podendo sofrer influências do modelo hegemônico verticalizado, a linguagem adotada no diálogo entre interlocutores é fundamental para que haja melhor compreensão, valorização e aproximação entre os mesmos. Gadamer (1999, p.560) coloca a linguagem como um meio em que os interlocutores realizam o acordo para entendimento sobre o que se trata. Ela tem que ser democratizadora, reconhecendo todos os atores envolvidos como sujeitos.

Esta linguagem adotada através de um diálogo horizontal para o pertencimento e consequente valorização dos sujeitos, também no processo educativo, é expressado por Paulo Freire como um meio ou caminho em que os homens ganham significação enquanto homens, apropriando-se, transformando-o, contextualizando com situações existenciais mais próximas a sua realidade.

“a palavra com que pronunciando o mundo os homens o transformam, o diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens”
(FREIRE, 1987, p.45)

“No processo de aprendizagem, só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por isso mesmo, reinventá-lo; aquele que é capaz de aplicar o aprendido-apreendido a situações existenciais concretas. Pelo contrário, aquele que é enchido por outros de conteúdos cuja a inteligência não percebe, de conteúdos que contradizem a própria forma de estar em seu mundo, sem que seja desafiado, não aprende” (FREIRE, 1983, p.16).

Exemplo claro empregado dentro do conceito democrático e descentralizado de construção de conhecimento se dá na metodologia “Camponês-Camponês”, ou CAC, criada na América Central e adotada em comunidades tradicionais de diversos territórios e países, dentre eles o território Sul Sergipano, no Brasil (CAETANO et al. 2015), contrapondo-se ao extensionismo clássico, e bastante útil na transição agroecológica, onde, de forma dinâmica, tem por objetivo promover o empoderamento e autonomia das famílias, já que as mesmas é que constroem e transmitem o conhecimento agroecológico, ajudando a solucionar seus próprios problemas (SOSA et. al. 2012, p.19)

É importante salientar que o próprio diálogo entre gêneros sofre influências socioculturais as quais são habitualmente reproduzidos no comportamento dos atores

envolvidos, como assim fala Cappelle et al. (2004, p.03).

“As relações de gênero, portanto, são percebidas como mecanismos e práticas sociais que são instituídos e instituem ações e comportamentos, visto que, para Berger e Luckman (1976), o ser humano se desenvolve correlacionando-se tanto com um ambiente natural particular, quanto com uma ordem cultural e social específica, considerando-se, ao mesmo tempo, a ordem social como um produto da atividade humana” (CAPPELLE et al. 2004, p.03)

Peixoto (2008, p.07), ao citar Jones e Garforth (1997), explica que *“embora ações extensionistas estejam registradas na história da Antiguidade, contemporaneamente o termo teve origem na extensão praticada pelas universidades inglesas na segunda metade do século XIX. No início do século XX, a criação do serviço cooperativo de extensão rural dos Estados Unidos, estruturado com a participação de universidades americanas, conhecidas como land-grant colleges, consolidou naquele país, pela primeira vez na História, uma forma institucionalizada de extensão rural”*, tendo, no sentido literal, o ato de estender, levar ou transmitir conhecimentos de sua fonte geradora ao receptor final, o público rural.

Peixoto (2008, p.08) fala que a extensão rural tem caráter de política pública, por mais que também possa ser executada por organizações privadas.

“O termo extensão rural também pode ser entendido como uma política pública. Neste caso referimo-nos às políticas de extensão rural, traçadas pelos governos (federal, estaduais ou municipais) ao longo do tempo, através de dispositivos legais ou programáticos, mas que podem ser executadas por organizações públicas e/ou privadas” (PEIXOTO, 2008, p.08)

Em adição ao exposto, Caporal (2006, p.05) coloca a crise do não atendimento de demandas da sociedade pelas empresas de assistência técnica e extensão rural (ATER's), devido a complexidade do meio rural, ao modelo de extensionismo rural convencional, sendo necessária a criação de uma nova ATER, que contribuísse com a valorização do espaço rural e levando em consideração aspectos socioeconômicos, ambientais e configurando-se como um instrumento de política pública de desenvolvimento rural mais próximo da realidade deste espaço.

“Esse quadro, somado a crítica histórica ao extensionismo convencional, fez com que a sociedade brasileira optasse por uma nova Ater, voltada para o fortalecimento da agricultura familiar, para a preservação do meio ambiente e comprometida com estratégias e formatos tecnológicos que levem ao desenvolvimento sustentável e a tipos de agriculturas que respeitem mais a natureza e provoquem menos impactos. A nova Extensão Rural, por meio da implementação de programas e projetos, pode contribuir para a revalorização do espaço rural e ajudar a reverter o quadro de crise socioeconômica e ambiental, constituindo-se num instrumento do Estado capaz de apoiar a reestruturação e de dinamizar as organizações que atuam no setor, estabelecendo novas institucionalidades, mais adequadas às demandas e realidades do meio rural” (CAPORAL, 2006, p.05)

A extensão rural, ao longo dos anos, passou por diversas mudanças até ganhar características fundamentais para ser, enfim, promotora de diálogo e valorização dos camponeses ou agricultores familiares. Segundo Luzzi (2007, p.133), em *“O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir dos atores sociais”*, a Extensão Rural no Brasil divide-se em três fases: a **Humanística Assistencialista**, de 1948 à 1962, a qual o público-alvo foi o pequeno agricultor, o extensionista tinha uma postura apolítica e sua visão sobre o homem do campo era que o mesmo seria desprovido de saberes / conhecimento e o foco das políticas extensionistas era o acesso ao crédito rural para, então, haver a modernização através do capitalismo no campo; a fase **Difusionista Produtivista**, de 1963 à 1984, que tinha como público-alvo os médios e grandes produtores, ocorreu o auge da modernização agrícola, tinha-se a premissa de transferência conhecimento (desconsiderando ainda o saber tradicional ou empírico do homem do campo) e de tecnologias ou pacotes tecnológicos para aumento da produtividade, os principais instrumentos do Estado eram a pesquisa agrícola, o crédito rural e a assistência técnica, potencializando a tida modernização através do capitalismo no campo, mas que devido a crise econômica e ao surgimento do movimento ambientalista, voltou-se, também, aos pequenos produtores e ao controle parcial no uso dos agrotóxicos; e, por fim, a fase **Humanística Crítica**, de 1985 até os dias atuais, que tinha /tem como público-alvo o pequeno produtor e/ou agricultor familiar, como premissa o modelo político-ideológico e democrático-popular, o diálogo na Educação, construção do conhecimento (ao invés de transferência) através do respeito e valorização do saber tradicional ou empírico. Ou seja: tem a horizontalidade como matéria essencial para seu desenvolvimento.

Contudo, não sendo correto fazer uma diferenciação rígida dos períodos, considerando a existência de características da primeira fase ainda dominantes na atualidade e denominando as fases de forma diferente de Nilsa Luzzi¹ (familiar assistencialista, de 1948 à 1960, produtivista modernizadora, de 1961 à 1980, crítica reflexiva, de 1980 à 1990, e de transição ambientalista, de 1990 aos dias atuais), para Caporal (1998, p.64), o Estado assumiu cada vez mais o papel de mediador na transferência de informações aos agricultores, reproduzindo o modo de produção capitalista na agricultura e, passando a contar como ação extensionista, ferramentas para induzir os setores tidos como "atrasados" (agricultores familiares / camponeses) para a "modernização" (pacotes tecnológicos).

“Como es posible observar por la historia de la extensión, con el pasar del tiempo, el Estado asumiría cada vez más el papel de mediador en el proceso de transferencia de informaciones a los agricultores. Y ello, mediante el estableciendo de servicios y sistemas destinados a apoyar los procesos de desarrollo y buscar la deseada reproducción del modo capitalista de producción en la agricultura, como veremos en los apartados que siguen. El desarrollo de las ciencias y de las tecnologías, al lado de una limitada capacidad de acceso a los conocimientos científicos y tecnológicos por parte de la mayoría de las poblaciones campesinas, establecerían las bases sobre las cuales los teóricos del desarrollo, desde la perspectiva del dualismo entre campo y ciudad, rural y urbano y sus pares atrasado y moderno, pasaron a contar con la actividad de extensión como una de las herramientas para inducir los sectores atrasados hacia la modernización” (CAPORAL, 1998, p.48)

1 Segundo Caporal, a definição das fases da Extensão Rural, citado por Luzzi (2007, p.133): “Para CAPORAL (1998) a história da extensão rural, desde sua origem em 1948, pode ser caracterizada em quatro momentos distintos: familiar assistencialismo (1948-1960); produtivismo modernizador (1961-1980); crítico reflexivo (1980-1990); e de transição ambientalista, a partir de 1990. No entanto, CAPORAL esclarece que não é correto fazer uma diferenciação muito rígida destes períodos e ressalta que os três últimos períodos não se completaram e as características do primeiro período continuam a ser dominantes na atualidade” (CAPORAL, 1998 apud. LUZZI, 2007, p.133)

Caporal e Costabeber (2000, p.04) também falam sobre o período de transição ao humanismo crítico exposto por Nilsa Luzzi, tendo como fase crucial o momento conhecido como Revolução Verde e como auxiliador para seu surgimento os conhecidos pacotes tecnológicos, a homogenização das paisagens agrícolas, o aumento da desigualdade social e que, apesar do crescimento do Produto Interno Bruto no país, ocasionaram diversos problemas ambientais, levando a sociedade a preocupar-se mais com o modelo de produção e consumo vigente.

“A partir da década de 70, os resultados da aplicação das estratégias convencionais de desenvolvimento já começavam a se mostrar insuficientes para dar conta das crescentes condições de desigualdade e exclusão social. Apesar do crescimento do PIB, as análises desses resultados passavam a indicar que tais estratégias estavam ocasionando graves danos ao meio ambiente. Os efeitos contaminantes dos agrotóxicos, dos resíduos, do lixo e das contaminações gasosas, assim como vários outros problemas derivados do estilo de vida próprio das sociedades altamente industrializadas, por exemplo, faziam nascer a consciência sobre a incapacidade de controlar-se as externalidades inerentes ao modelo hegemônico e, portanto, se impunha a necessidade de outro desenvolvimento”
(CAPORAL & COSTABEBER, 2000, p.04)

Seguindo este princípio, Caporal e Costabeber (2000, p.05) ainda definem este momento ou viés da Revolução Verde como corrente ecotecnocrática, sendo, a mesma, conhecida a partir do Relatório Brundtland², que apesar de ter como proposta inicial o crescimento econômico aliado aos limites da natureza, tenta solucionar as problemáticas socioambientais vinculando-se aos mecanismos de mercado, logo, seguindo, contraditoriamente, o mesmo padrão tecnológico dominante, a partir da alta industrialização, uso abundante de insumos industriais e desconsiderando os efeitos sociais, econômicos e ambientais pertinentes a modernização tecnológica do campo, mas, que, posteriormente, devido a preocupação da sociedade com estes fatores, o que ocasionou a esta transição ao humanismo crítico, surgiu a corrente ecossocial, a qual pressupõe que o pluralismo tecnológico deve ser calcado na importância a utilização das tecnologias tradicionais e

² Relatório Brundtland, divulgado a partir de 1987 e popularizado como “Nosso futuro comum”, propõe que o desenvolvimento sustentável, é “aquele que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades.” (ONU)

condições do ecossistema local e, ao mesmo tempo, estando de acordo com as necessidades e decisões conscientes dos atores envolvidos nos processos de desenvolvimento.

Logo, pois, diferentemente e apesar da predominância da convencional, com o novo modelo de Extensão Rural, as famílias passaram a ser o foco da ação extensionista. Através dos princípios agroecológicos, as pessoas, comunidades, os meios para gerar ocupação, empoderamento e renda de forma sustentável passaram a ser o centro e motivação para as pesquisas e ações de extensão, com metodologias de ensino horizontalizadas e ferramentas modernas de diagnóstico, valorizando, principalmente, o diálogo entre o conhecimento científico e saberes tradicionais, elucidado por Boaventura de Souza Santos como Ecologia de Saberes, por confrontar a monocultura da ciência moderna, ao basear-se na ideia de que a pluralidade de conhecimentos heterogêneos deve ser reconhecida, assim como as suas interações.

“[...] Como ecologia de saberes, o pensamento pós-abissal tem por premissa a ideia da diversidade epistemológica do mundo, o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico”
(SANTOS, 2007, p.85)

Ao valorizar este diálogo ou ecologia de saberes e princípios sociopolíticos da agroecologia, a extensão rural se insere como importante política de ação econômica e socioambiental justa, solidária e sustentável, por valorizar as várias dimensões culturais para o empoderamento dos indivíduos e grupos sociais, como exposto por Sousa; Garavello (2015, p.02).

Segundo Brandão (1999, p.08 apud. MATTOS et al, 2016, p.03) *“só se conhece em profundidade alguma coisa da vida da sociedade ou da cultura quando através de um envolvimento — em alguns casos, de comprometimento — pessoal entre o pesquisador e aquilo ou aquele que ele investiga”*.

No entendimento de Francisco Roberto Caporal, segundo Cruz et al. (2016, p.02), o caráter difusionista, assistencialista e voltado para modernização da agricultura, exercido pela extensão rural convencional, passou a não ser enxergado como solução para as demandas da atualidade, surgindo a comunicação rural agroecológica (extensão rural agroecológica), de caráter educativo, transformador e baseado em metodologias de aprendizagem e ação participativa que possibilitam o desenvolvimento de uma prática do protagonismo no processo

de construção e sistematização de conhecimentos, permitindo refletir sobre a realidade local.

“...a extensão rural difusionista ou mesmo a oferta de assistência técnica agropecuária realizada pelo setor público com o objetivo de modernização da agricultura, já perderam sua vigência, se tornaram obsoletas e, na maior parte dos casos, se tornaram absolutamente desnecessárias. Para o mesmo autor a Comunicação Rural Agroecológica pode ser definida como um processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de aprendizagem e ação participativa (AAP) que permitem o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo possam atuar na construção e sistematização de conhecimentos que lhes permita incidir conscientemente sobre a realidade” (CAPORAL, 2007 apud. CRUZ et al. 2016, p.02)

Em adição ao exposto, na perspectiva vertical propagada pelo extensionismo convencional e desconsiderando a complexidade do meio rural, a pessoa é “ensinada” ou “preenchida” pelo conhecimento transmitido, a partir do julgamento prévio do que é científico (e deve ser aceito) e o que não é (sendo rejeitado), desconsiderando muitas vezes o saber empírico e ocorrendo, assim, críticas do meio acadêmico e movimentos sociais, como falado por Balem (2009 apud. VIEIRA, 2011, p.12).

“A extensão rural surgiu no Brasil como apoio às políticas de crédito subsidiado que sustentaram um modelo de desenvolvimento da agricultura baseada na monocultura, exportadora, consumidora de pacotes gerados pela pesquisa agropecuária e com atuação voltada para a difusão de tecnologias. Atingiu seus objetivos; porém, com os problemas sociais e ambientais causados, passou a sofrer críticas no meio acadêmico e em seu próprio quadro de servidores de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, bem como pelos movimentos sociais e organizações rurais, que propunham a busca de um modelo de extensão menos verticalizado e mais educativo” (BALEM, 2009 apud. VIEIRA, 2011, p.12).

Corroborando com Caporal, Altieri (2012) notabiliza a participação coletiva, com processos educativos voltados a relação entre seres humanos e, destes, com o ambiente que estão inseridos, como um importante viés a ser levado em consideração, para se buscar caminhos sustentáveis para segurança alimentar, preservação dos ecossistemas e recursos.

“Dentro dessa visão, para que o desenvolvimento seja pelo homem, tem que existir uma ação coletiva de caráter participativo, uma educação voltada à complexidade do relacionamento humano com o ambiente, o que implicaria a melhoria da qualidade de vida. Isso inclui não só uma produção crescente, mas também propriedades como a sustentabilidade, segurança alimentar, estabilidade biológica, conservação dos recursos e equidade” (ALTIERI, 2012).

Visando esta participação coletiva a partir da defesa do papel ativo do sujeito na criação e recriação de suas representações do objeto do conhecimento, Caporal (2009, p.272) dá o enfoque à forma de comunicação e modelos pedagógicos horizontais dentro da extensão rural com bases agroecológicas, pela concepção de que Educação e Extensão Rural não devam divergir, baseando-se em metodologias participativas e problematizando as relações e meio em que os sujeitos se inserem, para, então, contribuir no processo de desenvolvimento rural sustentável.

“A Agroecologia adota, como orientação básica, enfoques pedagógicos construtivistas e de comunicação horizontal, por entender que estratégias de desenvolvimento rural sustentável e estilos de agriculturas sustentáveis requerem que se parta de uma problematização sobre o real e em cujo processo os atores envolvidos possam encontrar-se em condições de igualdade para o diálogo. Dois aspectos são aqui fundamentais. Por um lado, a Agroecologia propõe uma prática educativa baseada em metodologias participativas que permitam a reconstrução histórica das trajetórias de vida e dos modos de produção, de resistência e de reprodução, assim como o desvendamento das relações das comunidades com o seu meio ambiente” (CAPORAL, 2009, p. 272)

Caporal (2013, p.04) ainda expõe a necessidade de que os extensionistas mobilizem as dinâmicas locais/territoriais e facilitem processos de construção de conhecimentos parte do princípio de que a agroecologia, por si só, adota uma postura de reconhecimento e respeito aos diferentes saberes e propõe a criação de interconexões entre os saberes populares e os conhecimentos científicos, buscando gerar novos conhecimentos adaptados às diferentes realidades.

Alinhado a este pensamento de contribuição para o processo de desenvolvimento rural sustentável através da problematização mais fiel da realidade local, em conformidade com os

próprios objetivos do projeto e com o que diz a literatura, compreende-se que às mulheres comumente cabem os cuidados dos quintais produtivos, por, principalmente serem mais próximos às residências e contribuir para o consumo de suas respectivas produções, segundo Abrantes et al. (2013 apud. SILVA et al. 2015, p.02).

“Os quintais produtivos são autogestionados, em sua maioria, por mulheres e são compreendidos como um agroecossistema, um espaço de produção agroecológica no entorno da casa, composto por um cultivo diversificado (pomares, hortas, plantas medicinais, água, pequenos animais), e que contribui na construção de um desenvolvimento rural sustentável orientado para atuar nas dimensões ambiental, social, econômica, cultural, política e de inclusão de gênero e geração” (ABRANTES et al. 2013 apud. SILVA et al. 2015, p.02).

2.2. O lúdico na construção do conhecimento agroecológico

Segundo o Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa - Michaelis (2019), a etimologia da palavra “*lúdico*” vem do latim “*ludus*”, sendo relativo a jogos, brinquedos, divertimentos ou instrumento educativo. Contudo, o lúdico passou a ser reconhecido como traço essencial de psicofisiologia do comportamento humano. De modo que a definição deixou de ser o simples sinônimo de jogo. As implicações da necessidade lúdica extrapolaram as demarcações do brincar espontâneo (ALMEIDA, 2009, p. 01 apud MARQUES, 2012, P.03).

Desta forma, o lúdico caracteriza-se por ser uma importante linguagem ou ferramenta que remete ao mundo sensível, facilitando a comunicação. Segundo Carvalho et al. (2006, p.03), Aristóteles, ao refletir acerca das dimensões humanas, classificou-as em: a que conhece, aprende e ensina - o homo sapiens; a que produz e concretiza materialmente as necessidades humanas, o homo faber; e a que brinca, joga, cria – o homo ludens; não preconizando qualquer hierarquização entre tais dimensões.

Devemos, então, compreender que a prática de atividades lúdicas no processo de construção do conhecimento dentro ou fora da extensão rural se torna uma importante ferramenta de auxílio no processo de percepção, memorização, raciocínio e de sociabilização entre os sujeitos, como falado por Guerreiro et al. (2017) e Luckesi (2005, p.43 apud. Hoppe e Kroeff, 2014, p.03).

“O Lúdico é um facilitador das aprendizagens que, para além da vertente cognitiva, ajuda no desenvolvimento social e afetivo”. (GUERREIRO et al. 2017, pg. 221)

“A atividade lúdica propicia um estado de consciência livre dos controles do ego, por isso mesmo criativo. [...] Por isso, uma educação centrada em atividades lúdicas tem a possibilidade, de um lado, de construir um Eu (não um ego) saudável em cada um de nós, ou, por outro lado, vagarosamente, auxiliar a transformação do nosso ego construtivo num Eu saudável. Educar crianças ludicamente é estar auxiliando-as a viver bem o presente e preparar-se para o futuro. Educar ludicamente adolescentes e adultos significa estar criando condições de restauração do passado, vivendo bem o presente e construindo o futuro” (LUCKESI, 2005, p.43 apud. HOPPE e KROEFF, 2014, p.03).

Segundo PINTO et al. (2016, p.02), ao pensarmos no processo de ensino-aprendizagem e construção do conhecimento agroecológico, deve-se pensar na linguagem corporal e demais formas utilizadas pela arte como ferramentas metodológicas que favorece a comunicação e compreensão do próprio sentido de educação transversal, sensível e holística preconizada na Agroecologia.

“Para se pensar uma educação a partir dos princípios da agroecologia precisamos entender a formação integral como mediadoras do processo de ensino-aprendizagem. Neste sentido se destaca pensar o corpo no espaço, sua atuação através da práxis da construção do conhecimento agroecológico, porque de alguma forma a arte como comunicação é muito além de uma ferramenta metodológica, ela media esse processo de educação sensível e holística” (Pinto et. al. 2016, pg. 02)

Dentro das propostas lúdicas para construção de conhecimento agroecológico, no processo de ensino-aprendizagem e de fortalecimento das respectivas identidades dos sujeitos a partir do caráter dialógico-participativo, o teatro (assim como a música) se configura como um meio fértil ou estratégia viável ao possibilitar a contextualização com a realidade local das comunidades rurais.

“O teatro enquanto modalidade pedagógica lúdica implica desvencilhar-se do modelo tradicional, em direção à concretização de uma prática fecunda e inovadora. Traduz ruptura, movimento, vozes e sonhos, que permitem encenar de forma ousada e criativa a realidade dos sujeitos envolvidos. Incita, dessa forma, o autoconhecimento, o pensamento autônomo e crítico, o crescimento pessoal e coletivo, e facilita a socialização, integrando arte e educação em um único espaço: o palco da vida” (SOARES et. al. 2011, p.03)

Tal concepção do teatro como ferramenta de educação, sociabilização e desenho da realidade se deu entre os anos 50 e 60, com o surgimento do Teatro do Oprimido, baseado na pedagogia de Paulo Freire e criado por Augusto Boal, segundo Teixeira (2007, p.79), com a proposta de que qualquer grupo pudesse utilizar das artes cênicas para falar questões de seu interesse, debater e buscar saídas de transformação diante das situações opressivas vivenciadas, seguindo o princípio de uma pedagogia criada pelos oprimidos e não apenas para os oprimidos, através de uma prática teatral revolucionária.

Segundo Canda (2012 apud. BERNARDES et al. 2015, p.02) o Teatro do Oprimido visa fortalecer e formar politicamente os sujeitos oprimidos, por meio da humanização e superação das opressões: sociais, psicológicas ou simbólicas.

Da mesma forma, de acordo com Caporal; Ramos (2006 apud. SODRÉ et al. 2013, p.03), deve-se compreender que na Extensão Rural Agroecológica, a adoção de abordagem sistêmica e multidisciplinar, mediante a utilização de métodos participativos, tendo ênfase em processos de desenvolvimento endógeno³, é fundamental para construção de conhecimento agroecológico. E tendo, estes métodos, o caráter lúdico, aqui já demonstrado como facilitador, obtêm grande vantagem prum diagnóstico mais participativo e preciso, por observar as potencialidades locais de dentro para fora. Ou seja: do agricultor familiar / campesino para o extensionista.

3 Desenvolvimento endógeno, segundo OLIVEIRA (2007, p.04 apud ROCHA e KNOREK, 2009, p.03), pode ser entendido como um processo interno de ampliação continuada da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da absorção da região em cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes gerados em outras regiões.

O diagnóstico participativo em comunidades rurais, de acordo com Pereira (2001, p.05 apud. ANTUNES et al. 2017, p.08) remota a projetos rurais desenvolvidos na década de 70, na África e Ásia, onde a utilização do viés lúdico de ferramentas possibilitam mutuamente o diagnóstico e a participação coletiva e autônoma de seus membros. Estes, enquadram-se no que propõe Verdejo (2010, p.12), o denominando como Diagnóstico Rural Participativo (DRP).

“...um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento. Desta maneira, os participantes poderão compartilhar experiências e analisar os seus conhecimentos, a fim de melhorar as suas habilidades de planejamento e ação. Embora originariamente tenham sido concebidas para zonas rurais, muitas das técnicas do DRP podem ser utilizadas igualmente em comunidades urbanas” (VERDEJO, 2010, p.12)

Este modelo de diagnóstico alinha-se com a proposta de “educação popular” exposta no livro "A pedagogia do oprimido", de Paulo Freire (1968), e com a fase do humanismo crítico, elucidada por Nilsa Luzzi (2007), tendo por intuito fortalecer a participação coletiva e transcrição da realidade local, pois, *“a forma em que são coletados os dados procura, em primeiro lugar, permitir que as pessoas da comunidade pensem sistematicamente em seus problemas, nas possíveis soluções, e os compartilhem com os Agentes de Ater, mediadores do DRP; em segundo lugar, que os Agentes de Ater compreendam as condições e circunstâncias locais; e, finalmente, procurem analisar os problemas e as possíveis opções para enfrentá-los em conjunto”* (VERDEJO, 2010, p.14).

Conforme a literatura, nota-se que técnicas de DRP utilizam ferramentas lúdicas que podem promover o intercâmbio de experiências, favorecendo a construção do conhecimento agroecológico, ao problematizar as realidades locais, observar as potencialidades e o resgate histórico de comunidades rurais, por serem facilitadores na comunicação interpessoal e na sensibilização dos sujeitos.

3. MATERIAL E MÉTODOS

3.1. Caracterização das áreas de estudo

A pesquisa foi desenvolvida no Território da Cidadania do Estado de Sergipe conhecido por Grande Aracaju, abrangendo 02 comunidades rurais, sendo, estas, dois Projetos de Assentamento (P.A).

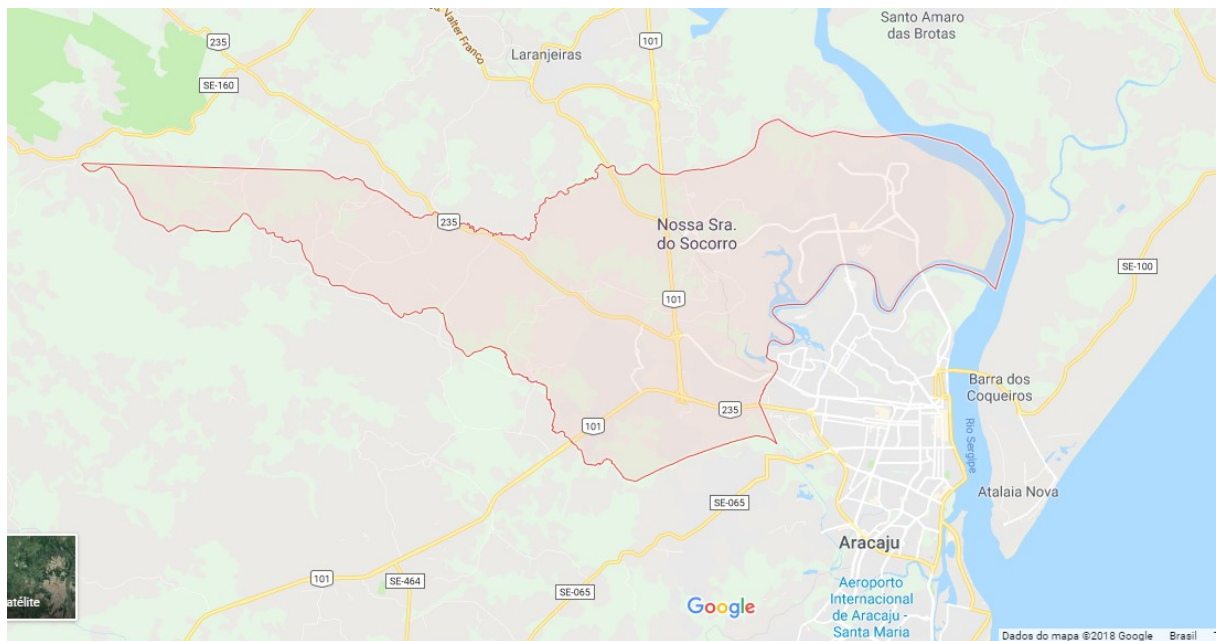
Segundo o último censo IBGE (2010), o Estado de Sergipe, com aproximadamente cerca de 162 km de costa, onde se destacam estuários de rios importantes como o Vaza-Barris, Sergipe e São Francisco, apresenta densidade demográfica de 94,36 hab/km², população de 2.068.017 pessoas, dentre estas, a população rural residente por situação domiciliar de 547.651, e com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0.665.

Sergipe é apenas o 26º em área territorial, localiza-se na região Nordeste do Brasil e tem 21.918,5 km² de extensão territorial, o que equivale a 0,26% do território nacional e 1,4% da região (mapa 1). Limita-se ao norte com o estado de Alagoas, cuja divisão natural é o rio São Francisco; ao sul e a oeste com o estado da Bahia e a leste com o oceano Atlântico (FRANÇA e CRUZ, 2007, apud. ANDRADE et al. 2015, p.02), tendo oito territórios de planejamento e com cerca de 45% do mesmo considerado semiárido: Agreste Central Sergipano, Alto Sertão Sergipano, Médio Sertão Sergipano, Baixo São Francisco Sergipano, Centro Sul Sergipano, Grande Aracaju, Leste Sergipano e Sul Sergipano (SEPLAG, 2015, p.08).

A área de estudo encontra-se especificamente no Território da Grande Aracaju, municípios de Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão.

Segundo o IBGE (2010), o município de Nossa Senhora do Socorro tem cerca 160.827 habitantes numa área de 155 km², totalizando 1.025,87 hab/km², 33.9% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 32.5% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio fio), e com população estimada em 89.232 habitantes para o ano passado (2017) (Figura 1).

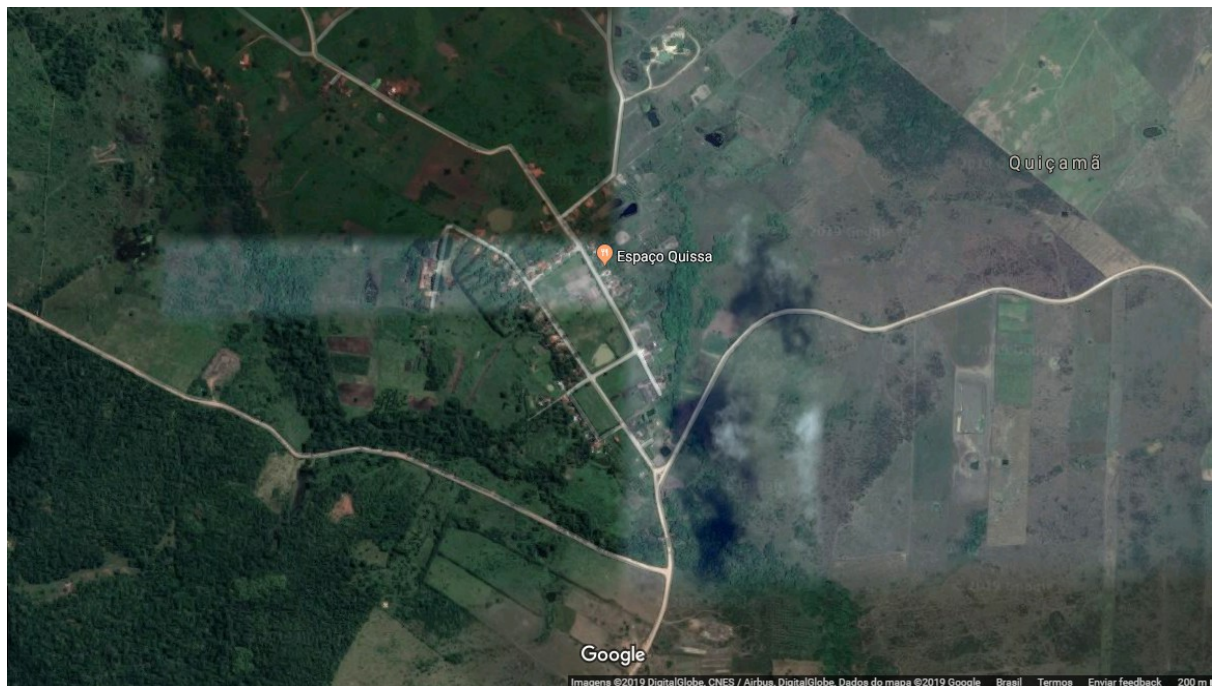
Figura 1. Localização do município de Nossa Senhora do Socorro. Imagem via satélite.



Fonte: Google Earth.

Neste contexto está inserido o P.A. Moacir Wanderley, no Povoado Quissamã, município de Nossa Senhora do Socorro, dentro da Mata Atlântica e sob as coordenadas georeferenciais de 10°53'37"S e 37°10'46"W (Figura 2).

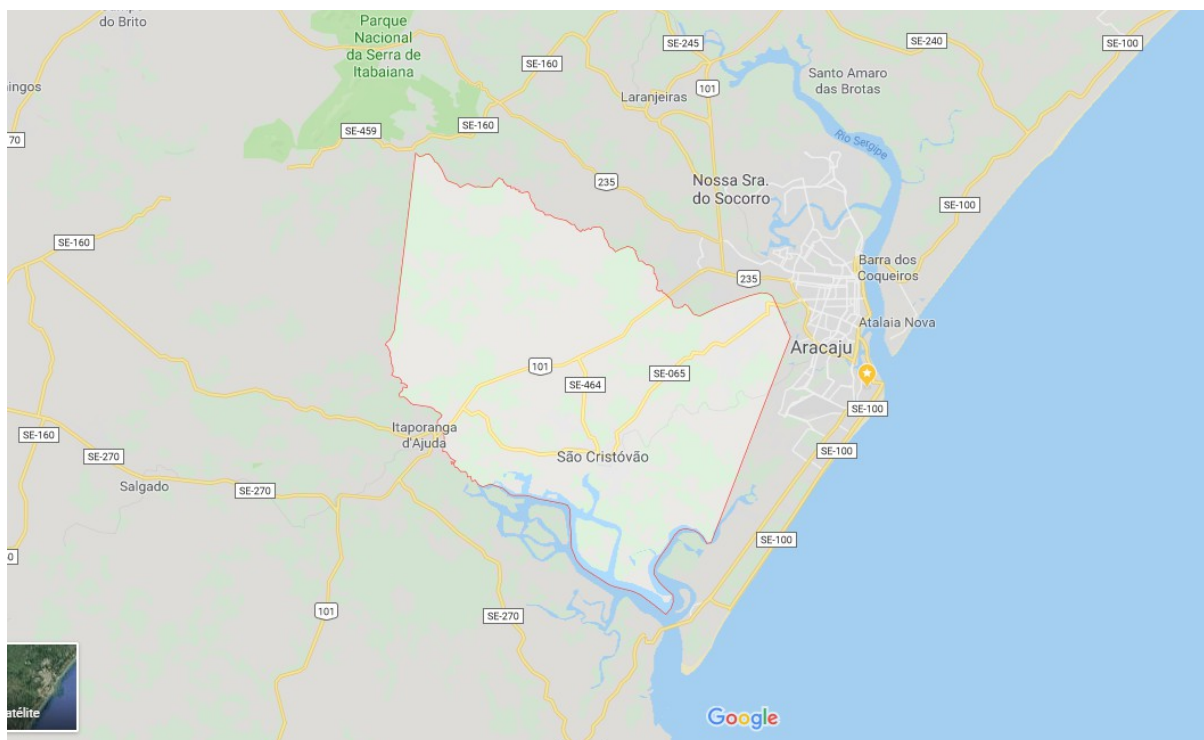
Figura 2. Localização do P.A. Moacir Wanderley. Imagem via satélite.



Fonte: Google Earth.

No município de São Cristóvão (Figura 3), que limita-se com os municípios de Aracaju (a leste), Nossa Senhora do Socorro, Laranjeiras e Areia Branca ao norte, e Itaporanga d'Ajuda a oeste e sul, e com coordenadas georeferencias $10^{\circ}53'22.5''S$ $37^{\circ}14'15.5''W$, o P.A. Rosa Luxemburgo II (Figura 4) localiza-se no povoado Cardoso, a sudoeste do Povoado Quissamã, cerca de 17 km, e com características semelhantes de precipitação e temperatura média anual e vegetação.

Figura 3. Localização do município de São Cristóvão. Imagem via satélite



Fonte: Google Earth.

De acordo com o Censo Demográfico de 2010, realizado pelo IBGE, o município de São Cristóvão tem cerca 78.864 habitantes numa área de 437 km², totalizando 180,31 hab/km², sendo 84,5% residentes em áreas urbanas e 15,5% em áreas consideradas rurais, e com população estimada em 89.232 habitantes para o ano passado (2017), estando a oeste de Nossa Senhora do Socorro e a leste Itaporanga D'Ajuda.

Segundo dados do relatório de Diagnóstico do Município de São Cristóvão (SEPLANTEC, 2002, p.10), o município apresenta clima do tipo megatérmico úmido e sub-úmido, temperatura média no ano de 25,2° C, precipitação pluviométrica média anual de 1.331,4 mm e período chuvoso de março a agosto. O relevo está caracterizado pelas seguintes unidades geomorfológicas: a) Planície Litorânea, contendo as planícies marinhas, flúvio-marinhas e fluviais; b) Tabuleiros Costeiros, englobando relevos dissecados em colinas e interflúvios tabulares; c) Superfície dos rios Cotinguiba-Sergipe, portando feições dissecadas em colinas, cristas e interflúvios tabulares. Os solos são Podzólico Vermelho Amarelo, Aluviais Eutróficos e Distróficos, Gray Pouco Úmido, Podzol e Indiscriminados de Mangues, com uma vegetação de Mata, Capoeira e Higrófila.

O mesmo relatório demonstra que São Cristóvão está inserido em duas bacias hidrográficas, a do rio Vaza-Barris e a do Sergipe. Constituem a drenagem principal, além do rio Vaza-Barris, os rios Comprido, Pitanga, Poxim-mirim, Poxim-açu, Pratal e Pramopama (SEPLANTEC, 2002, p.12)

Figura 4. Visão aérea do P.A. Rosa Luxemburgo II. Imagem via satélite.



Fonte: Google Earth.

3.2. Processos metodológicos

3.2.1. A efetividade de ferramentas lúdicas e experiências

Tendo por objetivo estudar as competências do lúdico e das ferramentas participativas no processo de construção do conhecimento agroecológico nas ações de comunicação rural ofertadas pelo NEA – Núcleo de Estudos Agroecológicos do IFS através do projeto “*Criação agroecológica de galinha de capoeira: fortalecimento da agricultura familiar e empoderamento de mulheres e jovens em comunidades rurais de Sergipe*”, a pesquisa em tela foi desenvolvida em duas comunidades rurais, no período de dois anos (2016 a 2018): P.A. Moacir Wanderley, no município de Nossa Senhora do Socorro, e P.A. Rosa Luxemburgo II,

no de São Cristóvão-SE.

Através de abordagem qualitativa e quantitativa, foram analisadas a efetividade da atividade lúdica do teatro utilizadas na comunicação do extensionista para a construção do conhecimento agroecológico.

A atividade lúdica foi desenvolvida *in loco* nas comunidades, contudo, serão apresentados neste trabalho os dados sistematizados apenas do P.A. Rosa Luxemburgo II, tendo, apenas o relato dos participantes da outra comunidade estudada.

O teatro, com a peça “*Entre o céu e o inferno na terra do agronegócio*”, de autoria de Marcio Eric Figueira dos Santos e Talita Guimarães de Araújo Piovezan, teve como foco a comparação entre os sistemas de produção de alimentos de forma orgânica/agroecológica e convencional, objetivando esclarecer sobre os riscos à saúde no consumo de alimentos não saudáveis e princípios a agroecologia.

A apresentação suscitou a discussão de princípios agroecológicos como o de gênero/empoderamento feminino, diversificação de culturas (consorciamento) e agrobiodiversidade. Ainda durante a encenação foi cantada a música “Matança”, de Xangai, que se refere a agrobiodiversidade e sua manutenção, e recitada a poesia “*O que é agroecologia?!*”, de autoria de Marcio Eric Figueira dos Santos, com objetivo de auxiliar na compreensão dos princípios agroecológicos.

Para as atividades do teatro e auxílio na sistematização participaram 07 (sete) membros do NEA (06 acadêmicos do curso superior de tecnologia em agroecologia e 01 técnica agropecuária), distribuídos nas seguintes funções: captação de vídeos e imagens fotográficas, coleta e análise de dados grafotécnicos e atuação no teatro.

Posteriormente a apresentação do teatro formaram-se grupos para sistematização da experiência, que segundo Holliday (2006, p.23), na Educação Popular, é uma espécie particular de criação participativa de conhecimentos teórico-práticos, a partir de e para a ação de transformação, entendida como a construção da capacidade protagonista do povo”. Estas sistematizações ocorreram através da construção de desenhos e do “Mapa Conceitual, valendo-se do do princípio de facilitação, e não de indução no processo de desenvolvimento das atividades, pois, como assim fala Verdejo (2010, p.12), “*a intervenção das pessoas que compõem a equipe que intermedia o DRP deve ser mínima; de forma ideal se reduz a colocar à disposição as ferramentas para a auto-análise dos/as participantes. Não se pretende unicamente colher dados dos participantes, mas, sim, que estes iniciem um processo de auto-reflexão sobre os seus próprios problemas e as possibilidades para solucioná-los*”.

Segundo Ontoria (2005 apud. Souza e Boruchovitch, 2010, p.02), destaca o “*Mapa Conceitual*” como “...um meio para se alcançar um fim. Ele pode configurar-se uma estratégia de ensino/aprendizagem ou uma ferramenta avaliativa – entre outras diversas e multifacetadas possibilidades. Todavia, não deve ser compreendido ou efetivado desligado de uma proposição teórica clara e de metas previamente estabelecidas. Consequentemente, à sua adoção e efetivação subjazem perspectivas e opções pessoais relacionadas aos valores, às crenças, às posturas teóricas que conferem sustentação a toda e qualquer prática educativa”.

Com recortes de papeis coloridos os quais os participantes construíram ou teceram os fios para uma aprendizagem significativa, que consiste na integração de novos conceitos à estrutura cognitiva do aprendiz, teve como propósito “[...] estabelecer aprendizagens interrelacionadas” (RUIZ-MORENO et al., 2007, p.454 apud. SOUZA E BORUCHOVITCH, 2010, p.02) dos saberes tradicionais com o científico, a partir de palavras chaves dos temas abordados e observadas no teatro, criando uma sequência progressiva, porém, integrativa e consolidada sobre o tema abordado e contextualizado com a realidade da comunidade.

Noutra cartolina, os participantes desenharam e escreveram livremente sobre os temas abordados no teatro, também contextualizando com suas respectivas realidades.

As atividades norteadas pelas perguntas: “o que foi observado no teatro que chamou atenção em você?” e “dentro do que foi abordado no teatro, o que você já tinha conhecimento, já praticou ou quer praticar?”

Os critérios quantitativos na análise foram: (a) Nível de atenção/aceitação da comunidade no teatro contextualizado, (b) Nível de compreensão e contextualização sobre os temas abordados com as respectivas realidades locais, (c) Envolvimento da comunidade na atividade de metodologia participativa e (d) Eficiência na obtenção de dados da comunidade. Para análise da eficiência no processo de construção do conhecimento agroecológico foram utilizados os conceitos: (+++++) Excelente, (++++) Muito bom, (++) Bom e (+) Regular.

3.2.2. Ferramentas participativas para diagnóstico local

Da mesma forma, comparados a luz da literatura, foram analisadas as ferramentas participativas utilizadas para obtenção de dados do P.A. Moacir Wanderley, inicialmente, para caracterização dos aspectos produtivos e ambientais dos quintais produtivos das famílias da comunidade, verificando-se, também, as potencialidades/habilidades e a história de vida dos participantes, e comparando a efetividade na obtenção de dados entre as ferramentas, levando-se em consideração os seguintes quesitos: (a) qualidade na obtenção de dados e (b) aceitação/participação/socialização das experiências.

Dentre as técnicas de Diagnóstico Rural Participativo - DRP, foram utilizadas a “*Caminhada Transversal*”, com a participação de 10 membros do NEA (09 acadêmicos do curso superior de tecnologia em agroecologia e a professora orientadora do projeto) e 23 agricultores familiares da comunidade do P.A. Moacir Wanderley, e ferramenta metodológica “*O que esta mão já fez? E o que esta mão é capaz de fazer?*” (TEIXEIRA et al., [20--], p.43),, participando o total de 11 (onze) pessoas (02 acadêmicos do curso superior de tecnologia em agroecologia e 09 agricultores familiares da comunidade).

A ferramenta “*Caminhada Transversal*” (VERDEJO, 2010, p.36), que teve como objetivo ouvir os agricultores familiares e observar e coletar dados *in loco* de aspectos produtivos e ambientais dos quintais produtivos das famílias da comunidade, visualizando as condições para incremento de criação de galinha, foi realizada no dia 09 de novembro de 2016, identificando galinheiros e os próprios quintais produtivos.

Auxiliados pelos líderes comunitários, foram visitados 23 quintais produtivos, participando da atividade sete acadêmicos do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia do IFS – Campus São Cristóvão, uma das professoras orientadoras do projeto e membros da comunidade, totalizando 33 (trinta e três) pessoas.

A outra ferramenta utilizada para realização do DRP – Diagnóstico Rural Participativo foi a intitulada como “*O que esta mão já fez? E o que esta mão é capaz de fazer?*”, e teve por objetivo verificar as potencialidades/habilidades e conhecer a história de vida dos participantes.

Esta atividade ocorreu na sede da associação de moradores, no dia 14 de novembro de 2017, participando apenas 8 (oito) mulheres e 1 (um) homem, dentre todos inscritos inicialmente no projeto, e contando com o auxílio de ferramentas para captação de som e imagens (fotos e vídeos).

Os dados secundários que compuseram este trabalho foram obtidos através de revisão bibliográfica que tratam de temas referentes a extensão rural, educação, agroecologia, metodologias participativas e quintais produtivos, ajudando na compreensão da importância do lúdico no processo de comunicação, compreensão e construção do conhecimento agroecológico e na realização de diagnóstico das comunidades rurais.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Teatro, “*Mapa Conceitual*” e “*Desenho/Ilustrações*”

Sobre a peça autoral “*Entre o Céu e o Inferno, na terra do Agronegócio*” apresentada no P.A Moacir Wanderley no dia 21 de novembro de 2017, como experimentação para o trabalho em tela, participando, entre equipe técnica e membros da comunidade, 12 (doze) pessoas (sete agricultores familiares, três acadêmicos do curso superior de tecnologia em agroecologia e uma técnica), observou-se que a apresentação serviu de base para o diálogo de saberes, tendo como destaque o relato da agricultora familiar Maria Neire Rosa (Dona Mariazinha).

Foram identificadas algumas práticas da agroecologia já eram desenvolvidas na comunidade, como, por exemplo, uso de defensivos naturais (ex: extrato de pimenta), consorciamento de culturas e compostagem. No entanto, apenas 33,33% utilizam essas técnicas, necessitando de mais capacitações e conscientização da importância destas práticas para demais membros.

Ainda sobre a apresentação da peça “*Entre o céu e o inferno na terra do agronegócio*”, seu segundo momento ocorreu no dia 08 de novembro de 2018, no P.A. Rosa Luxemburgo II.

Participaram da atividade no P.A. Rosa Luxemburgo II: 06 (seis) acadêmicos do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia, 01 (uma) técnica responsável pelas atividades do NEA – Núcleo de Estudos Agroecológicos do IFS e 06 (seis) membros da comunidade, dentre os quais, 05 (cinco) mulheres.

A divisão das tarefas ocorreu da seguinte forma: (I) atuação na peça: 05 pessoas; (II) execução da música na peça e avaliação do nível de atenção da comunidade: 01; e (III) captura de imagens: 01 pessoa. A peça/teatro foi apresentado na sede do centro comunitário (Figura 5).

Figura 5. Apresentação da peça/teatro “Entre o céu e o inferno na terra do agronegócio”.



Fonte: equipe técnica.

Para avaliação de todas as atividades foram elaboradas fichas (modelo em anexo) em que a equipe técnica ficou responsável de preenchê-las de acordo com os critérios quantitativos e qualitativos pré estabelecidos pela equipe técnica, de acordo com Santos et al. (2013).

Tendo por referência o critério quantitativo (a), sobre nível de atenção/aceitação da comunidade no teatro contextualizado, foi observado, como demonstra na **Tabela 2** referente a todas as avaliações, que os membros da comunidade aceitaram bem a proposta lúdica, ocorrendo em alguns momentos, apesar do próprio nível de atenção, a interação entre os mesmos e os atores durante a peça, assim como durante a execução da música “Matança”, de Xangai.

Após a apresentação, a equipe técnica dividiu os membros da comunidade em dois grupos, agindo como facilitadora no processo de desenvolvimento das atividades: o grupo “A”, encarregado pelo desenvolvimento do “Mapa Conceitual”, e o grupo “B”, pelos

desenhos.

No “Mapa Conceitual” (Figura 6) o grupo demonstrou a importância de diversificar e/ou consorciar as culturas, tendo como destaque o consórcio do milho com o feijão e de manejar a criação da galinha de capoeira de forma orgânica/agroecológica. Reforçou sobre as consequências negativas dos agrotóxicos (venenos agrícolas) para o homem (doenças) e para a planta/meio ambiente, promovido pelo agronegócio. Contextualizando ainda com a realidade local, o grupo demonstrou que a comunidade produz em muitas áreas (quintais produtivos) sem nenhum tipo de veneno, e até diversificando culturas, porém, necessita de mais orientações técnicas e trabalho de conscientização para efetivação de práticas agroecológicas nos lotes.

Figura 6. Desenvolvimento do “Mapa Conceitual” na comunidade.



Fonte: Equipe técnica.

Na atividade em que os membros da comunidade desenharam e escreveram na cartolina (Figura 7), contextualizando a peça com suas respectivas realidades, o grupo “B” expôs também que a prática de diversificação/consorciamento de culturas era exercida em muitos quintais produtivos, principalmente de milho com feijão e entre frutíferas, porém, diferentemente do grupo “A”, falou que em alguns lotes também realizavam.

Figura 7. Sistematização do teatro por meio de desenhos .



Fonte: Equipe técnica.

Sobre a adubação dos cultivos, duas práticas foram evidenciadas: (a) nos quintais produtivos, a utilização do esterco de galinha misturado com a própria vegetação proveniente dos quintais, após processo de compostagem; e (b) nos lotes, a utilização de esterco bovino, valendo ressaltar que o manejo das culturas nos lotes era convencional, ou seja, com a adição de agrotóxicos (venenos agrícolas), e de carrapaticida na criação animal (sendo reforçado por um dos membros que tal prática é feita por desconhecimento de outros métodos de controle).

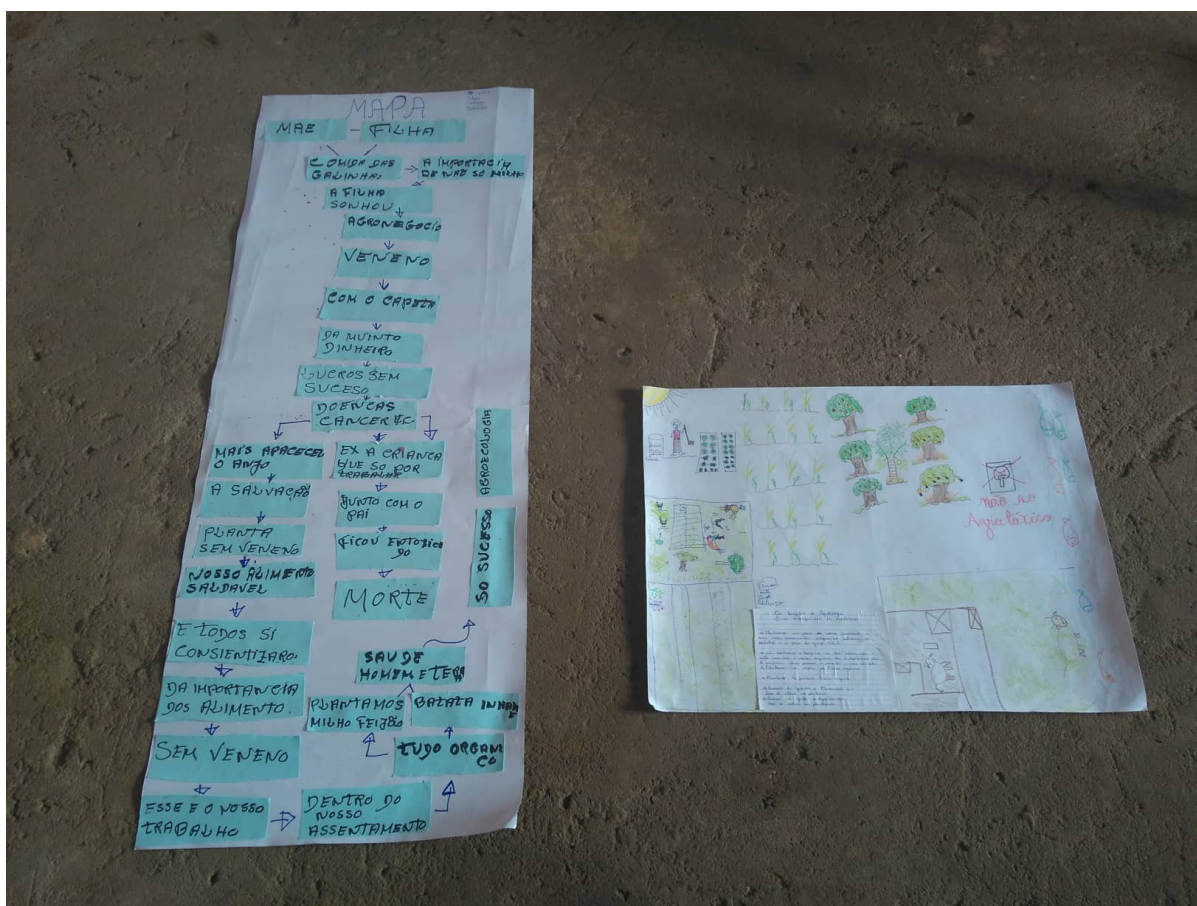
O controle de pragas e de plantas espontâneas nos quintais produtivos era feito com

defensivo natural a base de álcool e castanha de caju, usado independentemente do tipo de praga ou da cultura. Essa ocorrência indicou à equipe técnica que seria necessárias oficinas/minicursos sobre a temática na comunidade.

Os participantes ainda relacionaram o conceito de agrobiodiversidade apresentado na peça (MMA, 2019) com as variedades de plantas e animais, assim como a visão meramente mercadológica e produtivista da agricultura convencional representada pelo agronegócio em contradição a importância de se viver com qualidade a partir da produção de alimentos saudáveis.

As duas sistematizações da experiência (Figura 8) contribuíram para coleta de dados e serviram para equipe correlacionar os saberes com os conceitos apresentados na peça teatral com a realidade local.

Figura 8. Sistematização do teatro por meio do “Mapa Conceitual” e dos “Desenhos/Ilustrações”.



Fonte: equipe técnica.

A resposta dos participantes diante da proposta da abordagem dos temas de forma lúdica, possibilitando novos aprendizados e reconhecimento dos saberes, relaciona-se com o que Leal e D'Ávila (2013, p.04), citando Piaget.

“Piaget, que tinha interesse mais epistemológico que pedagógico, descobriu que as pessoas aprendem por meio de suas atividades. O indivíduo age e compreende utilizando processos denominados de assimilação e acomodação. A pessoa procura semelhanças entre elementos que já sabe, em um novo conhecimento, assemelhando-os. Depois, faz a apreensão dos elementos que ainda não sabe, acomodando-os num novo patamar para uma nova assimilação. O processo é dialético. As atividades humanas são consideradas jogos e esses são classificados em três tipos: os jogos de exercício, os jogos simbólicos e os jogos de regras. Enquanto a psicanálise observa as brincadeiras como auxílio para a cura emocional do indivíduo, Piaget as concebe como recurso que o sujeito utiliza para o desenvolvimento da cognição e da afetividade” (LEAL; D'ÁVILA, 2013, p.04)

Voltando para a questão da avaliação quantitativa e qualitativa das atividades desenvolvidas no P.A. Rosa Luxemburgo II, os resultados demonstraram, conforme caracterizado na Tabela 1, que o teatro conseguiu sensibilizar/cativar os membros da comunidade, obtendo no item (a), correspondente ao *“Nível de atenção/aceitação da comunidade no teatro contextualizado”*, o conceito qualitativo “Excelente” (++++), haja vista a atenção, interesse e interações do público com os atores e com a peça.

Tabela 1 - Avaliação das ferramentas participativas empregadas no P.A. Rosa Luxemburgo II.

Ferramentas técnicas	Nível de compreensão e contextualização sobre os temas abordados com as respectivas realidades locais	Envolvimento da comunidade na atividade de metodologia participativa	Eficiência na obtenção de dados da comunidade
Mapa conceitual	++++	+++	++++
Desenhos/ilustrações	++++	++++	++++

(+++++) Excelente, (++++) Muito bom, (++) Bom e (+) Regular.

Quando trata-se do item (b), “*Nível de compreensão e contextualização sobre os temas abordados com as respectivas realidades locais*”, tanto o “Mapa Conceitual” quanto no “Desenho/Ilustrações” obtiveram o conceito “Excelente” (++++), devido o exposto pelos respectivos grupos sobre as temáticas abordadas, revelando, o lúdico (teatro e metodologias participativas), um meio fértil para construção de conhecimento e/ou diagnóstico local.

Sobre o “Envolvimento da comunidade na atividade de metodologia participativa”, item (c), o grupo “B”, encarregado de desenvolver os “Desenhos/ilustrações, se envolveu mais que o “A”, do “Mapa Conceitual”, tendo obtido o conceito “Excelente” (++++). O grupo “B” obteve o conceito “Muito bom” (+++), haja vista que o desenvolvimento da atividade ficou mais centrada em duas pessoas, de um total de três.

No quesito “Eficiência na obtenção de dados da comunidade”, item (d), devido a facilidade na coleta de dados, ambas sistematizações receberam o conceito “Excelente” (++++), demonstrando que o “Mapa conceitual” e os “Desenhos/Ilustrações” podem ser utilizados como ferramenta para diagnóstico.

4.2. DRP: “*Caminhada Transversal*” e “*O que esta mão já fez? E o que esta mão é capaz de fazer?*”

As observações na “*Caminhada Transversal*” evidenciaram que muitos dos assentados ainda não apresentavam condições para uma criação voltada para fins comerciais, embora tenham conhecimento sobre a atividade. Dos 23, apenas 02 galinheiros apresentaram condições mínimas para iniciar uma criação de galinhas dentro dos princípios agroecológicos, a exemplo de piquetes para pastejo (Figura 9). A maioria dos criatórios utilizavam farelo de trigo com xerém, milho e outras gramíneas e sobras de alimentos na alimentação das galinhas.

Figura 9. Identificação de um dos galinheiros na Caminhada Transversal.



Fonte: equipe técnica.

A aplicação da ferramenta “*Caminhada Transversal*” possibilitou identificar questões pertinentes a criação de galinhas e deu subsídio para elaboração de um diagrama de caracterização dos quintais produtivos, com seus problemas e possíveis soluções (Tabela 2).

Tabela 2. Diagrama da Caminhada Transversal no P.A. Moacir Wanderley.

DIAGRAMA DA CAMINHADA TRANSVERSAL – QUINTAIS PRODUTIVOS	
Criação das galinhas	- Instalações rústicas e improvisadas - Aves sem raça definidas - Número variado de aves por criação - Alimentação a base de xerem, farelo de trigo, milho, gramíneas/hortaliças e sobra de alimentos
Culturas vegetais	– Frutíferas – Milho (<i>Zea mays</i>)

	– Feijão (<i>Phaseolus vulgaris</i>) – Batata (<i>Solanum tuberosum</i>) – Abobrinha (<i>Cucurbita pepo</i>) – Macaxeira (<i>Manihot esculenta</i>) – Quiabo (<i>Abelmoschus esculentus</i>)
Problemas	– Destino dos resíduos sólidos – Condições financeiras precárias para início de investimentos na criação de galinhas – Água salobra (originária de poço artesiano) – Falta de princípios básicos de sanidade e bem-estar animal – Instalações inapropriadas dos galinheiros (infraestrutura de segurança e para manejo e sanidade animal)
Soluções	– Reaproveitamento e/ou descarte dos materiais inorgânicos – Melhoria da estrutura das instalações, utilizando materiais encontrados no local e fornecidos pelo projeto – Trabalho de educação ambiental visando o reaproveitamento e/ou descarte apropriado do lixo – Galinheiros móveis para o devido aproveitamento das áreas dos quintais produtivos – Utilização de vacinas no manejo animal

Fonte: trabalho de campo, 2016.

A partir da caminhada transversal também foi possível identificar que a comunidade está dividida em três áreas distintas: **(a)** uma, coletiva, com área 1000 m², onde eles não trabalham com agroquímicos, existe plantio de milho, feijão, batata, abobrinha, mandioca, quiabo, alface, couve, alho poró, com caráter de subsistência e também vedem para a CONAB / SE – Companhia Nacional de Abastecimento de Sergipe, que leva esses produtos,

principalmente, para a cidade de Itaporanga; **(b)** os quintais produtivos de cada família, em que além da criação de galinhas de diversas raças (poucas de capoeira/caipira), criam alguns patos, gansos, perus, e ovelhas; **(c)** e o terceiro com tanques de piscicultura, produzindo em maior número a Tilápia (*Oreochromis niloticus*) e Tambaqui (*Colossoma macropomum*).

Alguns dos quintais já possuíam galinheiros, a maioria inacabados e/ou inapropriados, onde, segundo a comunidade, as galinhas ficavam presas/alojadas no período do inverno e soltas no verão. Alguns galinheiros, como demonstrado no diagrama apresentaram estruturas rústicas, construídos com sobra de materiais, como, por exemplo, telhas de fibrocimento onduladas (Eternit), sacos de polietileno (plásticos). Sendo informado que, apesar de muitos terem espaço para a criação de galinhas, não teriam condições para investimento.

As galinhas eram alimentadas com farelo de trigo com xerém, milho, além de hortaliças, sobras de alimentos domiciliares e pastejo em gramíneas. Quanto a sanidade, as galinhas eram criadas sem nenhum tipo de vacina. Era utilizado de forma preventiva para as doenças em geral o limão na água. Em algumas criações era utilizada a terramicina (*oxitettraciclina*) na ocorrência de doenças.

Um dos agricultores já tinham galinheiro móvel em seu quintal produtivo e uma das mulheres uma chocadeira artesanal feita de madeira.

Foi observado que nos quintais produtivos existiam algumas plantas medicinais, dentre elas, o Quebra-pedra (*Phyllanthus niruri*), comumente utilizada em chás caseiros para dissolver cálculos renais.

Vale salientar que, como exposto no diagrama, além do problema com o descarte e/ou reutilização do lixo, tendo, então, muitos resíduos inapropriados nos quintais produtivos, a água disponível pra a comunidade era de poço artesiano, sendo indicado maiores estudos a fim de mitigar riscos à saúde das galinhas e comunidade como um todo.

O destino dos resíduos de materiais era uma das maiores preocupações da comunidade, porém, não buscava formas de utilização do material no sistema, necessitando de orientações da equipe técnica. Entre as possibilidades de emprego destes materiais, o uso na construção de novos galinheiros móveis foi proposto, ficando a cargo do projeto ministrar oficina sobre o tema.

Considerando o quantitativo de estrume produzido por outras espécies animais existentes nos quintais produtivos e curral, a equipe técnica do projeto se responsabilizou em ministrar oficina de biofertilizante e compostagem, através de parceria entre o NEA – Núcleo de Estudos Agroecológicos do IFS e o AGROBIO – Grupo de Estudos de Agrobiodiversidade

do IFS, dentro do Modulo I de execução do projeto. As oficinas ocorreram posteriormente com a utilização de estrume bovino para contribuir para melhoria das condições de fertilidade do solo e cultivos locais (Figura 10). Com o incremento da criação de galinhas, há a possibilidade da utilização da cama de galinha na fabricação destes produtos.

Figura 10. Oficina de compostagem, ministrada pelo NEA e AGROBIO.



Fonte: equipe técnica.

Pelas demandas apresentadas, também foi observada a necessidade de ofertar oficinas, numa próxima etapa, com os temas: (a) ecofeminismo e empoderamento feminino; (b) manejo agroecológico e conservação dos recursos naturais; e (c) utilização de plantas fitoterápicas.

No que se refere a ferramenta “*O que esta mão já fez? E o que esta mão é capaz de fazer?*”, oportunizou aos participantes, através de sua socialização, a valorização e o resgate histórico do reconhecimento de suas habilidades pessoais, suas histórias de vida, como também seus anseios para o futuro e potencialidades, servindo de matéria prima para futuras intervenções da equipe técnica do projeto na comunidade (**Figura 11**).

Figura 11. Aplicação da ferramenta “*O que esta mão já fez? E o que esta mão é capaz de fazer?*”.



Fonte: equipe técnica.

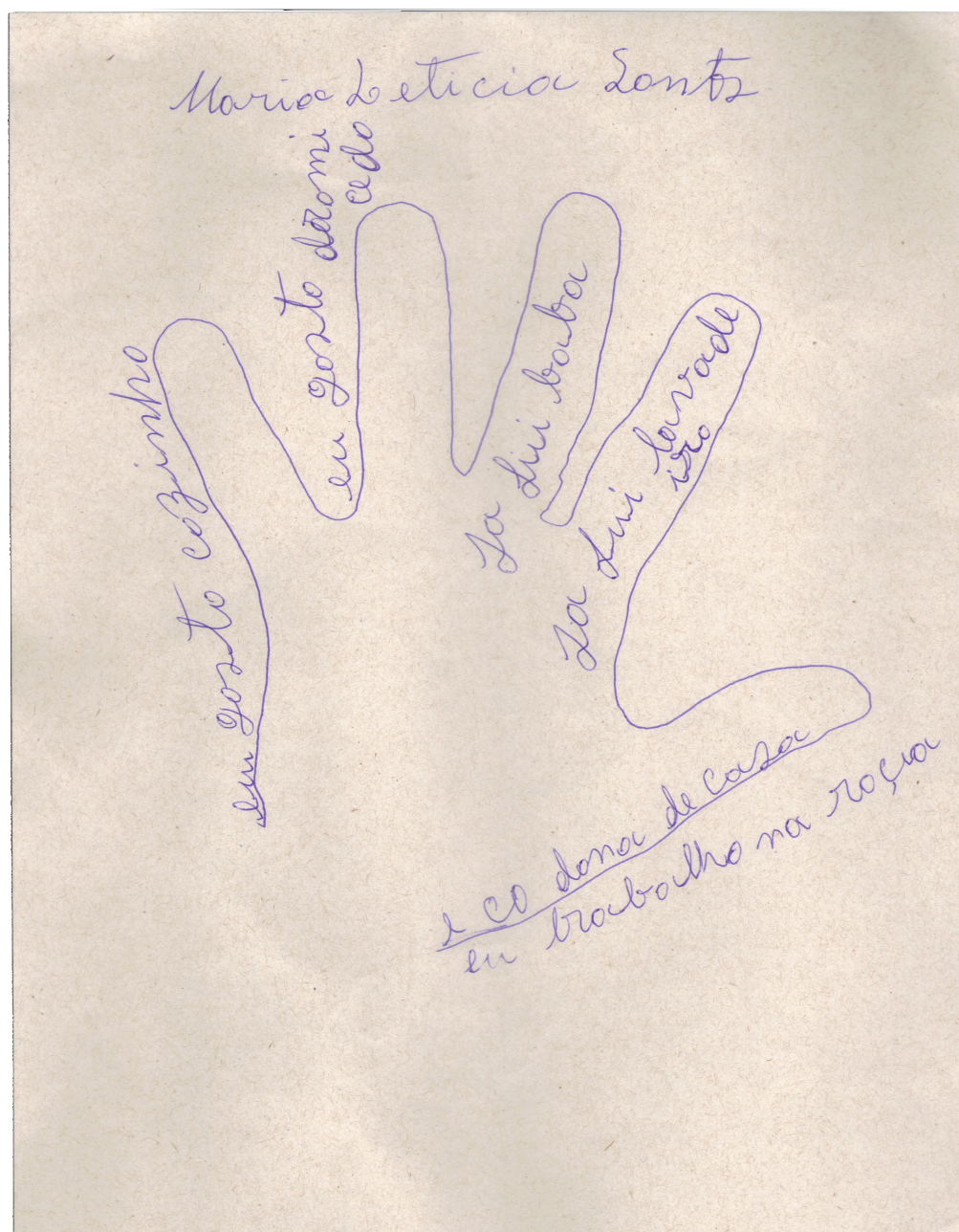
Devido a proximidade da comunidade com a capital sergipana, cerca de 17 km de Aracaju, e, principalmente, por fazer parte do mesmo território, revelando características assim elucidadas por Veiga (2002, p.37 apud. MARQUES, 2002, p.04) como territoriais, e não setoriais, e não mais correspondendo à “antiquada dicotomia” entre cidade e campo, o perfil educacional diferenciado da comunidade deve ser levado em consideração.

Isto pôde ser verificado no local, onde 77,77% dos participantes cursaram ou cursam o ensino técnico/profissionalizante e/ou superior, dentre estes os de Serviço Social, Licenciatura do Campo, Tecnologia em Agroecologia e Agropecuária, com todos os participantes demonstrando interesse em capacitarem-se mais.

Também foi constatado que 33,33% demonstraram que desejam se formar em cursos que não estão ligados diretamente ao campo, como, por exemplo, Direito e Letras, para, principalmente, aumentarem a renda familiar, bens materiais e desenvolver a comunidade.

Em relação as habilidades dos participantes, muitos demonstraram que exerceram outras profissões para complementar a renda familiar, contudo não se desligou das funções no campo e em seus quintais produtivos, reforçando, assim, a importância de projetos de pesquisa na comunidade (**Figura 12**).

Figura 12. Identificação das habilidades e história de vida na Metodologia “O que esta mão já fez? E o que esta mão é capaz de fazer?”.



O fato de terem citado que participaram de partido político (1), de sindicato/cooperativa/associação (1), de voluntária na igreja (1), organizaram quermesse (1) e ministraram palestras sobre criação de galinhas orgânicas (1) evidenciou um certo potencial para o trabalho coletivo, liderança e possibilidade de contribuição nas ações do NEA em relação ao manejo das galinhas.

Em adição ao exposto, foi observado que 5 pessoas gostariam de aprender mais sobre a criação de galinhas de capoeira e , com isso, aumentar a produção e renda familiar. Uma das participantes expôs que gostaria de construir uma “farmácia viva” (horta medicinal) na área coletiva da comunidade.

Constatou-se que 100% dos participantes trabalhou em atividades ligadas ao campo quanto noutras atividades. As atividades mencionadas ao trabalho do campo foram: o trabalho em horta comunitária ou familiar; criação de animais de pequeno, médio e grande porte; comercialização de produtos orgânicos e convencionais em feiras; e hortas medicinais. Enquanto a outras atividades foram: serviços domésticos; assistente social; lavadeira e na cozinha.

Estes dados mostram que a base de produção da comunidade é familiar, e neste contexto os princípios agroecológicos se encaixam como forma estratégica. Assim sendo corroborando com Miyata e Melo (2009 apud. COSTA, 2017, p.13) ao dizer que *“a agricultura familiar e a agroecologia são consideradas atualmente, como estratégias mais indicadas para consolidação da sustentabilidade na agricultura, provocando também, mudanças nas relações de gênero e geração na medida em que se insere oficialmente, como sujeito do processo produtivo a mulher e o jovem como multiplicadores da agroecologia”*.

O grupo em sua grande maioria é formado por mulheres, logo, evidencia-se a importância da mulher para manutenção dos quintais produtivos e agrobiodiversidade, haja vista que historicamente *“...a maior parte do trabalho nos quintais é desenvolvido pela mulher, com raro auxílio dos demais membros da família. Deste modo, a mulher representa força de trabalho na unidade familiar, pois além das atividades produtivas, ainda é responsável pelas tarefas domiciliares”* (ALMEIDA E GAMA, 2014, apud. COSTA, 2017, p.20), reforçando a necessidade de um trabalho coletivo de conscientização dos aspectos ambientais, produtivos, valorização da atividade e, consequente, empoderamento feminino na comunidade do P.A. Moacir Wanderley.

Observa-se que a ferramenta para DRP – Diagnóstico Rural Participativo “*O que esta mão já fez? E o que esta mão é capaz de fazer?*”, devido seu caráter lúdico, possibilitou o reconhecimento e socialização das identidades e realidades individuais a partir da promoção da participação de todos os atores envolvidos (Figura 13), pois, como assim disse Luckesi (2005, p.10) ao citar Bettelheim, e Guerreiro et al. (2017, p.221).

“As atividades lúdicas, por serem atividades, na visão de Bruno Bettelheim, e eu pessoalmente concordo plenamente com ele, são instrumentos da criação da identidade pessoal, na medida em que elas, nessa perspectiva, estabelecem uma ponte entre a realidade interior e a realidade exterior” (BETTELHEIM apud. LUCKESI 2005, p.10)

“O Lúdico é um facilitador das aprendizagens que, para além da vertente cognitiva, ajuda no desenvolvimento social e afetivo” (GUERREIRO; CASTANHEIRA; SOUSA; 2017, p.221)

Figura 13. Aplicação da ferramenta “*O que esta mão já fez? E o que esta mão é capaz de fazer?*” (Dona Mariazinha)



Fonte: equipe técnica.

5. CONCLUSÃO

Pensar a extensão rural agroecológica como um processo educativo, dialógico-participativo e horizontalizado é, de fato, um pontapé inicial para a busca de soluções viáveis para o desenvolvimento sustentável de comunidades rurais, diferenciando-se dos métodos convencionais em que os saberes tradicionais dos agricultores familiares historicamente foram subvalorizados, descartados.

O estudo em tela demonstrou que, nestas comunidades, o lúdico possibilitou o reconhecimento dos atores envolvidos como sujeitos da construção do conhecimento agroecológico e protagonistas na realização do diagnóstico socioeconômico, ambiental, produtivo e o resgate histórico de vida e habilidades dos agricultores familiares de forma fiel, retratando as realidades locais.

Compreende-se que o lúdico facilita a construção do conhecimento por ser um meio fértil, empatizador e empoderador para transpor habituais barreiras existentes na comunicação, auxiliando no processo de ensino-aprendizagem, diagnóstico local e no diálogo de saberes.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3 ed. – São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA 2012.

ANDRADE, Ciro Brasil de. **Vulnerabilidade social no estado de Sergipe**. In: SANTOS, Alan Juliano da Rocha *et al.* IPEA. Brasília, 2015, p.02. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/170828_territorios_em_numeros_1_cap03.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

ANTUNES, Jeferson *et al.* **Utilizando o diagnóstico participativo na pesquisa educacional: métodos, ferramentas e processos**. In: Congresso Nacional de Educação, XIII. 2017, Paraná, p.08. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/23186_12245.pdf>. Acesso em: 28 out. 2018.

BERNARDES, Maria Clara Novais; REZENDE, Ana Paula Capello; SANTOS, João Dagoberto dos; SORRENTINO, Marcos; SOBRAL, João Portella. **Teatro do Oprimido como ferramenta de fortalecimento e valorização de produtos e processos agroecológicos na reforma agrária**. In: IX CBA – Congresso Brasileiro de Agroecologia, 2015, Belém. Cadernos de Agroecologia. Vol 10, nº 3, p.02, 2015. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/17750/13592>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Agrobiodiversidade**. Brasília, 2019. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biodiversidade/conservacao-e-promocao-do-uso-da-diversidade-genetica/agrobiodiversidade.html>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

CAETANO, Philipe Alves Rolemberg; OLIVEIRA, Renata Evangelista de; FRANCO; Fernando Silveira; FERREIRA, Karoline Coelho; SOUZA; Fernanda Amorim; RABANAL, J. E.M. **Metodologia Camponês a Camponês: um caminho para a transição agroecológica no Território Sul Sergipano**. Cadernos de Agroecologia, Belém do Pará, vol 10, Nº 3, p.01-05, 2015. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/17813/13352>>. Acesso em: 09 fev 2019.

CAPORAL, F.R; COSTABEBER, J.A. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural**. Porto Alegre, 2000, p.02.-05 Disponível em: <http://neatrilhas.net/wp-content/uploads/2014/10/agroecologia_e_desenvolvimento-segundo-texto-Grupo-de-Estudos-CTN.pdf>. Acesso em: 27 out. 2018.

CAPORAL, F.R. **Aprendendo, fazendo, conhecendo. Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, 2013, vol. 10 n. 3, p.04. Disponível em: <<http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2013/12/RevistaAgriculturasV10N3.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2019.

CAPORAL, F.R. **Extensão rural e agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível**. Brasília, 2009, p. 272. Disponível em: <http://www.cpatia.embrapa.br:8080/public_eletronica/downloads/OPB2444.pdf>. Acesso em: 27 out. 2018.

CAPORAL, Francisco Roberto; Ladjane de Fatima Ramos. **Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia**. Brasília, p.05, 2006. Disponível em:<[file:///C:/Users/artur/Downloads/DaExtensoRuralConvencionalExtensoRuralparaDS-Enfretardesafiospararomperainercia-Artigo-Caporal-Ladjane-VersoFinal-ParaCircular-27-09-06%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/artur/Downloads/DaExtensoRuralConvencionalExtensoRuralparaDS-Enfretardesafiospararomperainercia-Artigo-Caporal-Ladjane-VersoFinal-ParaCircular-27-09-06%20(1).pdf)>. Acesso em: 10 fev 2019.

CAPORAL, Francisco Roberto. **La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil**. 532 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Sociología y Estudios Campesinos (ISEC), Universidad de Córdoba (España), 1998, p.48. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Dou_Francisco_Caporal.pdf>. Acesso em: 10 fev 2019.

CAPPELLE, M. C. A.; MELO, M. C. de O. Lopes; BRITO, M. J. M.; BRITO, Mozar José de. **Uma análise da dinâmica do poder e das relações de gênero no espaço organizacional**. RAE-eletrônica. vol. 3, p.03, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v3n2/v3n2a06>>. Acesso em: 27 out 2018.

CARVALHO, Sandra Helena Escouto de; OLIVEIRA, Daniele Ramos de; SILVA, Simara Pereira da; ARAÚJO, Reginaldo Tomé de. **Desvelando o lúdico nos espaços consagrados da arte.** UNESP. Marília, p.03, 2006. Disponível em: <file:///C:/Users/artur/Downloads/desvelando.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2019.

COSTA, Heidjane Barbosa. **Diagnóstico dos quintais produtivos no assentamento Nossa Senhora de Fátima, município de Coelho Neto-MA.** Chapadinha, MA: Universidade Federal do Maranhão, 2017, p.13-20 Disponível em: <<https://monografias.ufma.br/jspui/bitstream/123456789/1382/1/Heidjane%20Costa.pdf>>. Acesso em: 18 nov.2018.

CRUZ, M. S. S. et al. **Agricultoras e agricultores experimentadores – lotes demonstrativos para massificação da Agroecologia no Extremo Sul da Bahia. Dourados-MS.** Agroecol. 2016, p.02. Disponível em: <<https://www.cpa0.embrapa.br/cds/agroecol2016/PDF's/Trabalhos/Agricultoras%20e%20agricultores%20experimentadores%20-%20lotes%20demonstrativos%20para%20massificação%20da%20Agroecologia%20n.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** Paulo Freire – 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
FREIRE, P. Extensão ou comunicação? Rio de Janeiro, 1983, p.16; 45-46. V. 8, ed. Paz e Terra, Disponível em: <https://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Livro_P_Freire_Extensao_ou_Comunicacao.pdf> Acesso em: 24 out 2018.

FONTES, Marília Andrade; RABANAL, Jorge Enrique Montalván; FILHO, Eraldo da Silva Ramos. “**A ROÇA DO FUTURO**”: a construção da metodologia De Camponês a Camponês no sul de Sergipe. GEONORDESTE. UFS. Sergipe, n.1, p.03, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/artur/Downloads/1523-4005-1-SM.pdf>. Acesso em: 07 fev 2019.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método:** traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 3ª. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999, p.560. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2442370/mod_resource/content/1/VerdadeEM%C3%A9todo.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2019.

GUERREIRO, Carla Alexandra do Espírito Santo; CASTANHEIRA, Manuel Luís Pinto; SOUSA, Maria José Ribeiro. **As atividades lúdicas e sua importância no processo de ensino-aprendizagem.** 2017, pg. 221. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/53714502/AFIRSEatas2016.pdf?%20AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1523240141&Signature=IHxwq8gIBzLByoa%20CflivHb2ShnQ=&response-content-disposition=inline;%20filename%20=O_papel_da_aprendizagem_experiencial_na.pdf#page=225>. Acesso em: 24 out. 2018.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências.** Ministério do Meio Ambiente – MMA, Brasília, p.2, 2006. Disponível em: <<http://culturadigital.br/gepepi/files/2011/02/sistematizacao-jara.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2019.

HOPPE, Luciana; KROEFF, Adriane Maria Santos. **Educação lúdica no cenário do ensino superior.** Revista Veras. São Paulo, v. 4, n.2, p.03, julho/dezembro, 2014. Disponível em: <<http://site.veracruz.edu.br/instituto/revistaveras/index.php/revistaveras/article/view/175/132>>. Acesso em 08 abr. 2018.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil. **Recenseamento demográfico de Sergipe – Censo. IBGE. 2010.** Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/resultados/tabelas_pdf/total_populaca>. Acesso em: 10 out. 2018.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil. **Recenseamento demográfico de Sergipe – Censo do município de Nossa Senhora do Socorro.** IBGE. 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/nossa-senhora-do-socorro/panorama>>. Acesso em: 10 out. 2018.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil. **Recenseamento demográfico de Sergipe – Censo do município de São Cristóvão.** IBGE. 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/sao-cristovao/panorama>>. Acesso em: 10 out. 2018.

KHOURI, Mauro Michel El. **Rizoma e educação: contribuições de Deleuze e Guattari.** Universidade Federal do Ceará (UFC), 2017, p. 02. Disponível em: <http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/198.%20rizoma%20e%20educa%C7%C3o.pdf>. Acesso em: 25 out. 2018.

LEAL, Luiz Antonio Batista; D'ÁVILA, Cristina Maria. **A ludicidade como princípio formativo.** Revista Interfaces Científica. Aracaju, v.1, p.04, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/index.php/educacao/article/viewFile/395/236>>. Acesso em 16 nov. 2018.

LUCKESI, C. C. **Ludicidade e atividades lúdicas: uma abordagem a partir da experiência interna.** Coletânea Educação e Ludicidade. FAGED/UFBA, 2005, p.10. Disponível em: <http://portal.unemat.br/media/files/ludicidade_e_atividades_ludicas.pdf>. Acessado em: 27 out. 2018.

LÚDICO. **Dicionário online do Michaelis. Editora Melhoramentos Ltda.** 2019. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/ludico/>>. Acesso em: 11 fev. 2019.

LÚDICO. **Dicionário inFormal.** 2018. Disponível em: <<https://www.dicionarioinformal.com.br/lúdico/>>. Acesso em: 25 out. 2018.

LUZZI, Nilsa. **O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir dos atores sociais.** UFRRJ, 2007, p.133-143. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/10932837.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

MARQUES, Cláudia Luíza. **Metodologia do lúdico na prática docente para melhoria da aprendizagem na educação inclusiva.** Instituto Federal de Brasília. Brasília, v. 1, n. 2, p.03, 2012. Disponível em: <<file:///C:/Users/artur/Downloads/56-303-1-PB.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2019.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **O conceito de espaço rural em questão.** USP, São Paulo, Ano 18, n. 19 p.04, 2002. Disponível em: <file:///C:/Users/artur/Downloads/01%20o_conceito_de_espaco_rural_em_quest%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 20 set. 2018.

MATTOS, Jorge Luiz Schirmer de; LIMA, Jorge Roberto Tavares de; Caporal, Francisco Roberto et al. **Estratégias e espaços educativos no âmbito do Núcleo de Agroecologia e Campesinato** – UFRPE. In: I Seminário Nacional de Educação em Agroecologia. Recife-PE. 2013. Cadernos de Agroecologia. Vol. 11, nº. 1, p.03, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/artur/Downloads/20838-1-80088-1-10-20160625.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2019.

MOREIRA, Roberto José. **Críticas ambientalistas à Revolução Verde. Estudos Sociedade e Agricultura.** 2000, p.06. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/292380/mod_resource/content/0/176-432-1-PB.pdf>. Acessado em: 12 nov. 2018.

PEIXOTO, Marcos. **Extensão Rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação.** Brasília, 2008, p.07-08. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/136891/texto48-marcuspeixoto.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

PINTO, Diogo de Souza; NASCIMENTO, Angélica Cristina Laurindo do; VALE, Eugênia Matias; MIRANDA, Eliete dos Santos; JUNIOR, Leonis da Silva. **Arte e cultura no Ensino da Agroecologia: a experiência do projeto EcoArte CTUR/UFRRJ.** In: II SNEA, 2017, Rio de Janeiro. Anais do II SNEA. vol. 12, nº 1, Jul. 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/artur/Downloads/22302-1-85247-1-10-20170731%20(1).pdf>. Acesso em: 24 out. 2018.

ROCHA, Edenir Assis Leite de Paula; KNOREK, Reinaldo. **Desenvolvimento endógeno:** uma identificação de produtos possíveis de serem produzidos para a comercialização nos Mercados locais da cidade de canoinhas. In: I SIPEX, 2009. **ÁGORA** : Revista de divulgação científica v. 16, n. 2(A), p.03, 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/artur/Downloads/149-Texto%20do%20artigo-542-1-10-20120412.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2019.

SANTOS, A.M. B.; NASCIMENTO, I. R; SANTOS, D. G; MENDONÇA, V. M; NASCIMENTO, C. A. S. **Avaliação do uso de ferramentas participativas no estudo das atividades extrativistas no povoado Jatobá – SE.** In: VIII CONEPI, Salvador-BA, 2013. Anais do Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação, 2013. Disponível em: <http://ocs.connepi.ifba.edu.br/files/conferences/1/schedConfs/1/papers/1868/submission/review/1868-2763-1-RV.pdf?fbclid=IwAR1XCXTx5CdZF0tNvsRSWkAu_DRUT-Lu8Ys1fFPqCHupt89NnPgTy6cuZdU>. Acesso em: 05 out. 2018.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Para além do pensamento abissal:** das linhas globais a uma ecologia de saberes. São Paulo, 2007, p.85. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n79/04.pdf>>. Acesso em: 10 fev.2019.

Secretaria de Estado do Planejamento Orçamento e Gestão. **Planejamento estratégico do Estado de Sergipe:** 2015 – 2018. SEPLAG. Sergipe, 2014, p.08. Disponível em: <http://seplag.se.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/Planejamento_Estrat%C3%A9gico_2015-2018.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

Secretaria de Estado de Planejamento de Sergipe. **Diagnóstico do município de São Cristóvão.** SEPLANTEC. Sergipe, 2002, p.10-12. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/media/hidrologia/mapas_publicacoes/cadastro_infraestrutura_sergipe/Saocristovao.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2018.

SILVA, Daniel Vilar da; LACERDA, Alecksandra Vieira de; GOMES, Azenate Campos; SILVA, Karlla Karem; OLIVEIRA, Ladjá Naftaly Rodrigues de. **A importância das mulheres para os quintais agroflorestais da comunidade rural Cabeça Branca no município de Sumé, Paraíba, Brasil.** In: IX Congresso Brasileiro de Agroecologia, Belém, 2015, p.02. Cadernos de Agroecologia, Vol 10. Disponível em: <<http://revistas.aba->

agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/19664/13305 >. Acesso em: 27 out. 2018.

SODRÉ, Maria Lúcia da Silva; DOURADO, Auceia Matos; GOVEIA, Bruno Santiago Silva. **Diagnóstico Rural Participativo: ferramenta de planejamento norteadora de ações da extensão rural.** Revista de extensão universitária da UFS, São Cristóvão-SE, nº 2, p.03, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/artur/Downloads/2319-6422-1-PB.pdf >. Acesso em: 11 mar. 2019.

SOSA, Braulio Machín; JAIME, Adilén María Roque; LOZANO, Dana Rocío Ávila; ROSSET, Peter Michael. **Revolução agroecológica: o movimento de camponês a camponês da ANAP em Cuba.** 1.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012, p.19. Disponível em: <http://landaction.org/IMG/pdf/Revolucaoagroecologica_ligera.pdf >. Acesso em: 10 fev. 2019.

SOUSA, Iara Fonseca; GARAVELLO, Maria Elisa de P. E. **O diálogo de saberes na extensão rural.** In: IX Congresso Brasileiro de Agroecologia, Belém, 2015, p.02. Cadernos de Agroecologia, Vol 10. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/17580/13340 >. Acesso em: 10 fev. 2019.

SOUZA, Nadia Aparecida de; BORUCHOVITCH, Evely. **Mapas conceituais: estratégia de ensino/aprendizagem e ferramenta avaliativa.** Educação em Revista, Belo Horizonte, v.26, p.02, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v26n3/v26n3a10 >. Acesso em: 27 out. 2018.

TEIXEIRA, Débora de Lima; DUARTE, Mariana Ferraz; MORIMOTO, Pâmela. **Manual de metodologias participativas para o desenvolvimento comunitário.** ECOAR, São Paulo, [20--]. Disponível em: <https://biblioteca.consumoresponsavel.org.br/files/original/7b834de2a23afc5c07a6e5a14453e463.pdf >. Acesso em: 05 jan. 2019.

TEIXEIRA, Tânia Márcia Baraúna. **Dimensões socioeducativas do teatro do oprimido:** Paulo Freire e Augusto Boal. 2007, 335 f. Tese (Doutorado em Educação e Sociedade) – Universidade Autônoma de Barcelona (UAB). Barcelona, Espanha, 2007. Disponível em: <<https://ddd.uab.cat/pub/tesis/2007/tdx-1117108-164651/tmbt1de1.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

TOLEDO, Víctor M.; BASSOLS, Narciso Barrera. **Memória biocultural:** a importância ecológica das sabedorias tradicionais. ed. 2. Barcelona (ES): Icaria Editorial, 2009, p.16-71. Disponível em: <http://era-mx.org/biblio/Toledo-_y_Barrera_2008.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2019.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico rural participativo:** guia prático DRP. Brasília: MDA / Secretaria da Agricultura Familiar, 2010, p.12-14; p.36. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-2583697-3759191-DRP_-_Guia_prtico-2649689.pdf>. Acesso em: 20 out.2018.

VIEIRA, Kleber Geraldo. **Atuação do extensionista rural:** um olhar sobre a percepção do agricultor. 2011, 68 f. Monografia (especialização em Administração Pública para Gestores do Sistema Estadual de Agricultura). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011, p.12. Disponível em: <http://www.escoladegestao.pr.gov.br/arquivos/File/Saberes_Trabalho_TCC/TCC_seagri_2011_atuacao_extensionista_rural.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2019.

7. ANEXOS

7.1. Ficha de avaliação das metodologias

Figura 14. Ficha de avaliação das metodologias.

FICHA DE AVALIAÇÃO DAS METODOLOGIAS	
Nome do avaliador: _____	
Local: _____	
Avaliação do público no Teatro	
<i>(a) Nível de atenção da comunidade no teatro contextualizado</i>	
(+++++) Excelente; (++++) Muito bom; (++) Bom; (+) Regular	
Resposta:	
Avaliação na sistematização (cartolinas)	
(+++++) Excelente; (++++) Muito bom; (++) Bom; (+) Regular	
(b) Nível de compreensão e contextualização sobre os temas abordados com as respectivas realidades locais	
(c) Envolvimento da comunidade na atividade de metodologia participativa (na sistematização)	
Metodologia participativa: formar 2 grupos e entregar cartolinas brancas para que os participantes expressem por meio de desenhos ou escrita o que eles compreenderam das temáticas abordadas no teatro contextualizado. Em uma das cartolinas, com a ajuda da equipe técnica, será feito o “Mapa Conceitual”, com recortes retangulares de palavras que serão propostas pelos participantes, coladas na cartolina e ligadas, formando um mapa ou caminho, contextualizando o que foi observado no teatro com a realidade local da comunidade. Na outra cartolina, o outro grupo desenhará livremente o que foi compreendido/passado no teatro, contextualizando com a realidade local. Após a sistematização serão tabulados os dados e avaliado o tópico (d) “<i>Eficiência na obtenção de dados da comunidade</i>”, seguindo os mesmos princípios anteriores.	

Fonte: equipe técnica

7.2. Poesia “*O que é agroecologia?!*”

É! Com tanta coisa pra fazer, lá veio minha filha me perguntar sobre a agroecologia.

Tudo bem! Sem pestanejar, por tudo o que ouvi falar e pelos calos que só minhas mãos hão de chorar, meu coração então disparou e me pus a falar:

Agroecologia é tão somente agricultura consciente, baseada em princípios ecológicos que regem a vida da gente.

É pensar no chão, no bolso, no bicho, planta e homem. É não colocar o homem contra o próprio homem.

É viver o coletivo. Não se achar melhor do que qualquer outro ser de nosso planeta.

Tanto na fauna, flora, interrelações e também meio ambiente e áreas urbanas, é ter a compreensão de não separar a mente do coração...pra tomar qualquer decisão.

Agroecologia é proteger e guardar.

Proteger daqueles que só pensam em lucrar e guardar o que faz brotar toda história e cultura de nosso lugar.

Agroecologia é vida...

... Aprender com o ciclo das estações, mudanças do tempo, a lua, o sol, astros, elementos.

É respeitar as diferenças e partilhar mais do que ensinar.

Valorizar a mulher e colocar o machismo no seu devido lugar. Pois assim como o homem coloca sua força e determinação pro sustento da família, a mulher também faz, e sequer lhes dão o devido merecimento.

Ah! Saiba você, minha filha, que se o descobrimento da agricultura merecesse patente as mulheres seriam rainhas.

Mas isso não queremos não.

Pois queremos na verdade, é respeito, é direitos, é igualdade.

Agroecologia é lembrar que aquilo que não queremos pra nós não devemos dar de jeito maneira pra qualquer um que seja.

Por isso que produzimos e vendemos só aquilo que também comemos. Colocamos no fruto e no solo só o que vem da pura natureza.

Mesmo com o poder do agronegócio, sustentado por uma tal de bancada ruralista, a agroecologia é resistência.

Tem semente crioula e cuida das abelhas pra garantir a nossa existência.

É biodinâmica, natural, agroflorestal.
É social, solidária e permacultural.

Agroecologia é do campo e da cidade. É do saber da escola ao saber tradicional.

Como mesmo digo: “todo mundo junto, sem se fazer de bestial”.

Tanto quanto é Caporal, Altieri, Guzmán e Primavesi, agroecologia é Maria, José, Antônio e tantos outros Silvas ou Santos desse nosso Brasil.

Agroecologia é isso! Olhar o chão que pisa, a folha que cai, o morrer para o nascer e enxergar em cada semblante de gente de bem...a esperança de um mundo justo e melhor.

Ah, minha filha, sabe o que é agroecologia?

Bem! É, com toda emoção e contentamento, achar tempo pra falar e dar ao próximo aquilo o que mais importa nessa vida: simplesmente o amor.

(SANTOS, M.E.F. “O que é agroecologia?!”. Teatro de marionetes do NEA, 2017)

7.3. Imagens adicionais

Figura 15. Explicando o projeto. Comunidade do P.A. Moacir Wanderley.



Fonte. equipe técnica.

Figura 16. Após oficina na Comunidade do P.A. Moacir Wanderley.



Fonte. equipe técnica.

Figura 17. Explicando a atividade desenvolvida. Comunidade do P.A. Rosa Luxemburgo II



Fonte. equipe técnica.

Figura 18. Final das atividades na comunidade do P.A. Rosa Luxemburgo II.



Fonte. equipe técnica.